



EDIÇÕES NOVEMBRO, EP

Paixão pela imprensa

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2019

ACTA

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ACTA Nº019/2020

Aos vinte e oito dias do mês de Maio de dois mil e vinte, com início às 10h28 minutos, realizou-se, no Auditório da empresa, a décima nona reunião extraordinária do Conselho de Administração, orientada pelo seu Presidente, Vítor Emanuel Nelson da Silva.

Estiveram presentes os Administradores Caetano Júnior, José Alberto Domingos, Rui Upalavela, Luena Guinapo, Santos Júnior e Filomeno Manaças, que secretariou a reunião.

Presentes também estiveram os membros do Conselho Fiscal, nomeadamente Rita Andrade (presidente) e os vogais Bartolomeu Sacramento e José Silva.

A agenda de trabalho teve o seguinte ponto único:

Aprovação do Relatório e Contas do Exercício 2019 e Distribuição de Resultados.

Ponto Único

O presidente do Conselho de Administração começou por considerar ter sido difícil o exercício económico em 2019, tendo em conta a ausência de investimentos na empresa e a exiguidade de verbas para a compra de consumíveis correntes, sendo que, basicamente, o que a Edições Novembro recebe do accionista destina-se ao pagamento de salários.

Deu a conhecer que ainda há problemas na conformação das dívidas, mas - disse - é caminhando que se faz caminho.

A concluir realçou que, face ao contexto descrito de enormes dificuldades, ainda assim apresentar resultados positivos é obra.

Afirmou que o surgimento da pandemia de Covid-19, em função da qual o Executivo determinou o Estado de Emergência no país, veio agravar a situação da empresa e anunciar que no ano 2020 maiores contratempos poderão existir.

O grande desafio - acrescentou - é desenhar uma estratégia pós-Covid-19.

Seguidamente tomou a palavra o Administrador para a Área Financeira, José Alberto Domingos, que fez a apresentação do Relatório de Gestão, destaques e Contas do exercício de 2019.

A presidente do Conselho Fiscal, Rita Andrade, agradeceu a apresentação e prometeu fazer chegar o parecer do órgão depois de o auditor externo se pronunciar.

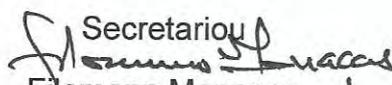
Após análise e esclarecimentos, foi o referido Relatório aprovado por unanimidade, bem como a seguinte distribuição de resultados:

- 5% - Reserva Legal
- 25% - Fundo de Investimentos
- 5% - Fundo Social

O valor remanescente dos resultados deverá ser transferido para Resultados Transitados.

E nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi dada por terminada às 11h54 minutos.

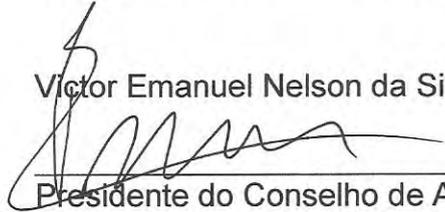
Luanda, aos 28 de Maio de 2020.

Secretariou

Filomeno Manaças



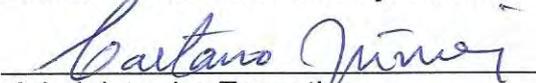
O Conselho de Administração:

Victor Emanuel Nelson da Silva



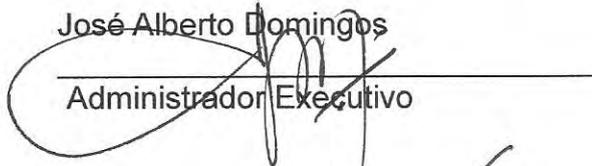
Presidente do Conselho de Administração

Caetano Pedro da Conceição Júnior



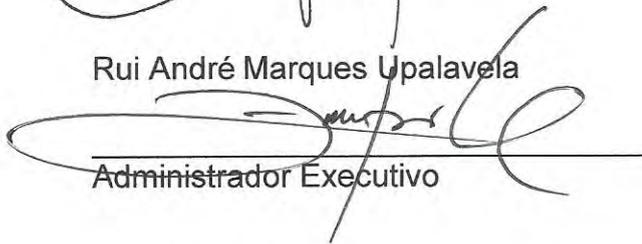
Administrador Executivo

José Alberto Domingos



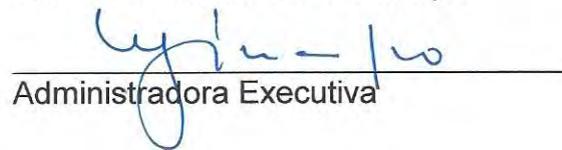
Administrador Executivo

Rui André Marques Upalavela



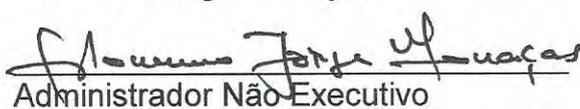
Administrador Executivo

Luena Kassonde Ross Guinapo



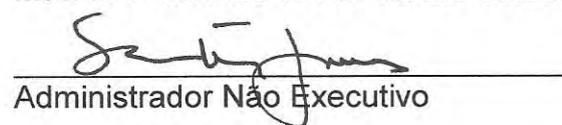
Administradora Executiva

Filomeno Jorge Manaças



Administrador Não-Executivo

Mateus Francisco J. dos Santos Júnior



Administrador Não-Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO E CONTAS ANO 2019

O Plano e orçamento da Empresa para o ano 2019 foi, como descrito, uma continuação das acções prevista no ano 2018 onde foram elencadas as linhas mestras para a saída da grave crise que a empresa enfrentava e ainda enfrenta. A ausência de tudo como matérias-primas, transportes e equipamentos operacionais, (viaturas para reportagens, máquinas fotográficas, computadores), Infra-estruturas a necessitar de grandes reparações (instalações sede, nave da Fábrica, instalações das direcções provinciais)etc., só para citar estes, aliada a elevada dívida junto de fornecedores nacionais e estrangeiros, instituições de crédito, dívidas fiscais e para fiscais, como a AGT e INSS.

Apesar das dificuldades a empresa tem procurado gerir com a parcimónia que se recomenda os recursos postos a sua disposição, baixando os custos e maximizando as receitas.

A empresa fecha o exercício de 2019 com um resultado positivo antes de imposto no valor de Kz. 1.026.434.084.00 resultado que consolida os alcançados durante os trimestres do referido ano.

A nível dos recursos humanos a empresa continua ainda a registar um excessivo número de trabalhadores, contrastando com a qualidade de que necessita, sobretudo para as áreas de contabilidade e comercial. A não solução da situação dos trabalhadores em idade de reforma bem como a assumpção dos descendentes e dependentes dos trabalhadores falecidos, continuam a onerar a folha de salários e os custos da empresa.

Ainda a nível do capital humano a empresa tem procurado dar formação aos trabalhadores que se mostrem comprometidos com a empresa, reconvertendo-os para funções que se julgam retirar deles as melhores valências.

Recorda-se que à entrada em funções deste Conselho de Administração, 24 de Novembro/17, a Edição Novembro contava com um efectivo total de 1.133 trabalhadores dos quais 15 herdados do antigo NEA.

A nível dos investimentos, a empresa realizou um total de Kz. 556.110.922.00, valor que representa 22.6% do planificado.

Paralelamente deu cumprimento a política de recuperação dos meios rolantes (viaturas), consubstanciada no princípio de "dois em um", isto é, recuperação de uma viatura utilizando duas para peças de reposição. Assim foram recuperadas um total de 27 viaturas e 2 motorizadas num valor global de Kz 15,7 milhões de Kwanzas.

Relativamente aos índices da produção, a produção bruta situou-se no nível dos 34.1% da produção planificada e a produção líquida a 27,4%.

As quebras de produção situaram-se no nível dos 20% da produção bruta, índice bastante elevado tendo em conta as quantidades médias de produção diárias que foram de 9.333 unidades.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

CONTEXTO INTERNACIONAL

No seu mais recente relatório intitulado "Perspectiva Económica Global" divulgado em Outubro de 2019, o Banco Mundial reviu em baixa a projecção de crescimento da economia mundial em 2020, passando de 2,7% para 2,5%.

A projecção de crescimento para o ano 2019 também foi revisto em baixa, corrigindo de 2,6% anterior para 2,4%.

Apesar desta revisão para baixo, a nova projecção mantém a expectativa de uma recuperação moderada para o ano 2020. Mas, ao mesmo tempo, alertou que os riscos negativos continuam predominantes, incluindo a possibilidade de uma nova escalada nas tensões comerciais, fonte de desaceleração das economias mais ricas e turbulência financeira nas economias emergentes e em desenvolvimento.

"Os riscos negativos persistem. A recuperação é frágil", disse a vice-presidente do Banco Mundial, Ceyla Pazarbasioglu. "A incerteza pesa sobre a confiança, comércio e investimento que são críticos para o crescimento"

De acordo com o relatório, no geral, o crescimento do comércio global deverá melhorar em 2020 para 1,9% ante 1,4% em 2019, desde que não haja uma nova escala nas tensões comerciais entre os EUA - China, bem como a crescentes apreensões geopolíticas, o que aumentaria a incerteza e o que prejudicaria as perspectivas do investimento, afirmaram as autoridades do Banco Mundial.

EUA

A economia dos EUA deve desacelerar o seu ritmo de crescimento de 2,3% em 2019 para 1,8% em 2020, segundo as mais recentes previsões do Banco Mundial. Isso representa uma taxa bem abaixo do crescimento de mais de 3% prometidos por Donald Trump com a sua política de cortes de imposto e desregulamentação.

ZONA EURO E CHINA

Segundo o Banco Mundial a economia da Zona Euro deverá registar um crescimento de apenas 1% no ano 2020 contra a expectativa anterior de crescimento de 1,4%. Para 2019 o Órgão Multilateral reduziu a sua perspectiva de 1,2% para 1,1%.

Relativamente a economia Chinesa, o Banco Mundial igualmente reviu em baixa o seu crescimento em 2020, passando do previsto 6,1% para 5,9%. Se confirmada, esta será a menor taxa de crescimento da China desde o início dos anos 90. A previsão de expansão para o ano 2019, também revisto em baixa, caiu de 6,2% para 6,1%

Segundo os economistas do Banco Mundial, o crescimento da China e dos EUA é limitada pela incerteza gerada pelas tarifas impostas por ambos os países no comércio bilateral.

No geral, o Banco Mundial prevê uma desaceleração do crescimento da economia avançada de 1,6% no ano passado para 1,4% no ano 2020.

PAÍSES EMERGENTES / EM DESENVOLVIMENTO

Segundo as previsões do Banco Mundial as economias emergentes e em desenvolvimento continuarão a crescer num ritmo acima dos países ricos, porém bem abaixo das previsões de Junho de 2019.

Este grupo de países, apesar das novas perspectivas também preverem um crescimento em baixa, deverá crescer 4.1% no ano 2020, contra uma expansão de 3,5% no ano 2019. Nos dois anos as previsões foram revistas para baixo em 0,5 pontos percentuais em relação ao relatório anterior.

" O ritmo de crescimento nas economias emergentes e em desenvolvimento provavelmente permanecerá lento, e as autoridades devem aproveitar a oportunidade para conduzir reformas estruturais que deem impulso ao crescimento de forma mais ampla, o que é essencial para a redução da pobreza", afirmou a vice-presidente do Banco Mundial Ceyla Pazarbasioglu. "Medidas para melhorar o ambiente de negócios, as regras de lei, a gestão da dívida e a

produtividade podem ajudar (esses países) a alcançar um crescimento sustentável", acrescentou.

ÁFRICA SUB SAHARIANA

No que concerne às economias da África subsariana, onde se inclui Angola, após a revisão em baixa, os economistas do Banco Mundial preveem uma estagnação no seu crescimento económico devido a quebra do seu crescimento registado em 2017 que passou de 2,5% para 2,3%, mantendo-se abaixo da taxa de crescimento da população pelo quarto ano consecutivo.

A revisão em baixa da previsão do crescimento das economias da África Subsahariana para 2019, segundo o Banco Mundial, está influenciada pelo desempenho de Angola, antecipando agora uma expansão de 2,8% face aos 3,3% anteriores.

"As previsões de crescimento para 2019 e 2020 são, assim, 0,5 e 0,3 pontos percentuais, respectivamente, mais baixos que o previsto anteriormente".

O Banco Mundial refere que a revisão em baixa reflecte "um abrandamento do crescimento na Nigéria e em Angola devido a desafios no sector petrolífero e um crescimento moderado do investimento na África do Sul, devido à baixa confiança empresarial"

No relatório, os analistas do Banco Mundial apelidam de "desafiante" o ambiente externo que a África Subsahariana enfrenta, apontando a redução das actividades económicas, a diminuição da produção industrial global e as disputas comerciais entre os EUA - China como principais causas.

Ainda assim, apesar da quebra nas previsões, o Banco Mundial defende um crescimento gradual para 2019 e 2020. "Esta recuperação gradual é apoiada, do lado da procura, para exportações e consumo privado e, pelo lado da oferta, por um ressalto da produção agrícola e da produção mineira e dos serviços em alguns países", consta no relatório.

Os economistas assinalam ainda a necessidade de fortalecer as economias face aos riscos do "ambiente externo desafiante".

Neste sentido, a instituição alerta para as políticas macroeconómicas, que continuam "uma preocupação", uma vez que certos países "ainda não reconstituíram um espaço fiscal adequado", e para a baixa confiança empresarial e para as incertezas a nível regulamentar, que estão a "afectar negativamente o sector petrolífero em Angola e na Nigéria".

Para a economia da África do Sul, após ter registado um crescimento de 0,8%, em 2018, os analistas preveem que se alcance os 1,3% em 2019 e 1,7% em 2020.

Para Angola, o Banco Mundial estima que depois de em 2018 ter regredido 1,7%, a economia cresça 1% em 2019 e se situe em 2,9% em 2020.

A Nigéria deverá ter um crescimento mais brando, Com um crescimento de 1,9% em 2018, os analistas do Banco Mundial calculam que a economia do maior produtor africano de petróleo alcance uma expansão de 2,1% em 2019 e de 2,2% em 2020.

Mercado Petrolífero e Outras Commodities

Nos últimos anos, houve fortes reacções no mercado global da commodity diante de perdas de capacidade produtiva, como a que ocorreu em meados Setembro de 2019, após os ataques às instalações de processamento de petróleo da Arábia Saudita, que criou a maior oscilação no preço de barril desde a época da Guerra do Golfo e afectar outras classes de activos.

Contudo o crescimento da produção nos EUA reduziu o risco de bruscas elevações no preço do barril e fez com que o país se tornasse decisivo para o equilíbrio desse mercado. Diante de acirradas negociações comerciais entre países como a China e EUA, e dos possíveis impactos do Brexit, os choques no preço do petróleo têm levado à volatilidade cambial e preocupam as principais economias.

Anteriormente, conforme as economias globais entravam e saíam de movimentos recessivos, era a demanda que ditava a cotação de petróleo. Agora, no entanto, os stocks da commodity assumiram esse papel. Durante os últimos dez anos observamos uma grande mudança no cenário da produção de petróleo. Desde 2012, com a explosão do uso do fracking (fraturamento hidráulico) - injeção de uma mistura de água de alta pressão na rocha para libertar o combustível em seu interior - , para a exploração de gás e óleos nos EUA, a produção norte-americana de petróleo subiu de 5 milhões de barris diários para 12 milhões.

Tecnologias de última geração começaram a ser empregadas não só para auxiliar nos processos de perfuração como também para o escoamento da commodity pelos oleodutos e para exportá-la a outros países.

Os EUA vêm-se destacando entre os principais exportadores mundiais de petróleo principalmente ter um dos tipos mais desejados de petróleo bruto (leve e doce), adequado aos vários processos de refinação e apresentarem um dos transportes mais eficientes e seguros do mundo. As cargas provenientes dos EUA contam com altíssimas taxas de entrega e de segurança.

Efeitos Económicos

Após a crise de 2015, a cotação do petróleo vinha oscilando entre os 50 a 70 dólares por barril. Desde 2016 até agora, o mundo conseguiu superar os choques causados pelo fantasma de falta de stock e de cortes na produção. No entanto, quando os ataques na Arábia Saudita indicaram que a oferta poderia cair, os mercados financeiros internacionais reagiram rapidamente. As bolsas de valores ao redor do planeta deixaram-se levar pelo medo de efeitos desastrosos para economia global que não está preparada para lidar com preços elevados do combustível. Mas a rápida percepção de que houve uma certa histeria e a indicação de pronta recuperação dos stocks fez com que os principais mercados logo se recuperassem.

Enquanto a oferta continua a ditar a volatilidade dos preços do barril do petróleo, a atenção do mercado para os preços de outras classes de activos recai sobre factores como taxas de juro e flutuações cambiais.

CONTEXTO NACIONAL

As primeiras projecções de Abril 2019 da World Economic Outlook apontavam para a economia nacional um crescimento na ordem dos 3% em 2019. Por seu turno o Governo estimava um crescimento na ordem dos 2,8%. Entretanto devido a fortes quedas dos preços do petróleo ocorridas o Banco Mundial reviu as projecções para Angola em 0,4% enquanto o Governo em 0,3% o PIB real.

governo reviu o seu crescimento em baixa 0,4%.e as previsões do ano 2020 estão a ser revistas em baixa. As previsões do Governo apontam para um crescimento de 2,5%.

Esta estimativa é justificada pela redução do PIB petrolífero, descida estimada em 8,2%, e que resulta da diminuição da produção petrolífera. O crescimento da economia não petrolífera estima-se que seja de 1%, contra os expectáveis 4,4% previsto no início do ano 2019.

Os dados mais recentes do INE, para o ano 2019, indicam uma contracção anual do PIB de 4,5% no terceiro trimestre. Os principais sectores de actividade económica tiveram quedas acentuadas, situação que é confirmada quando analisamos o Indicador de Clima Económico, que evidencia uma deterioração nos últimos trimestres de 2019. Este indicador atingiu memos 16 pontos no terceiro trimestre de 2019, contra os 15 pontos negativos registados em 2018.

Na base desta avaliação são apontados pelos empresários, como estrangimentos ao desenvolvimento da actividade económica, as limitações na aquisição das matérias-primas e equipamentos, as dificuldades de acesso ao crédito bancário e à energia eléctrica, o excesso de interferências e regulamentações legais, a escassez de recursos humanos especializados, entre outros.

Desde o ano 2014, Angola tem vivido períodos desafiantes na sua economia, iniciado com a desvalorização do preço de petróleo e mais recentemente com a implementação de medidas em observância às

orientações do FMI, que visam a estabilidade macroeconómica e a diversificação económica.

O Programa de Estabilidade Macroeconómica tem contribuído para o fortalecimento das contas públicas, redução da inflação, redução das distorções no mercado cambial e por consequência, na melhoria da estabilidade do sector financeiro. Contudo, o baixo desempenho no sector petrolífero, justificado pelo atraso dos novos investimentos também tem impactado nas demais indústrias. Espera-se que a actividade económica recupere gradualmente a partir do 2020, apoiada num crescimento moderado da economia não petrolífera.

Evolução da Produção e do Preço de Petróleo

O sector petrolífero registou um decréscimo de 1,8% em 2019 decorrentes da baixa dos preços do barril de petróleo e pela falta de resolução de problemas de produção.

A OPEP baixou a produção de Angola em 1 milhão de barris de petróleo/dia, mais em 2019 esteve a produzir abaixo da quantidade estipulada, com 1 milhão e 390 mil barris/dia. Contudo, o executivo angolano implementou um conjunto de reformas onde destaca-se a nova legislação sobre os princípios gerais de investimentos, que vai permitir no curto prazo alavancar o sector petrolífero, que segundo o OGE 2020 terá um crescimento na ordem dos 1,9%.

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO DE 2019

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício de 2019, aprovado em Dezembro de 2018, foi revisto em Maio de 2019, decorrentes da significativa alteração do preço do barril de petróleo estimado inicialmente no valor de Us\$ 71 por barril para Us\$ 68 por barril, uma vez que a exportação do petróleo compõe cerca de 96% das exportações totais.

O preço do petróleo no período de 2014 - 2017 levou a desequilíbrios importantes nas finanças públicas, com consequências que estão a ser revertidas com a urgente implementação de dois programas de estabilização macroeconómica: (i) o Programa de Estabilização Macroeconómica em vigor desde Dezembro de 2017, implementado pelo Governo de Angola;

(ii) o Programa de Financiamento Ampliado (EFF) com o apoio do FMI, desde Dezembro de 2018.

O acordo de três anos com o FMI tem como principais objectivos: (1) apoiar à implementação do plano de reformas do governo; (2) ajudar a sustentabilidade externa e fiscal; (3) promover a diversificação económica.

O acordo consiste também numa ajuda financeira de 3,7 mil milhões de Us\$ nos três anos, com 990,7 milhões Us\$ já disponibilizados. Os compromissos do acordo incluem: (1) implementar medidas de consolidação fiscal para levar o rácio da dívida para perto dos 65% do PIB; (2) liberalizar o regime cambial; (3) fortalecer o sistema financeiro; (4) melhorar o governança e ambiente de negócios.

O OGE 2019 revisto, procurou acautelar medidas para mitigação dos riscos derivados da redução do preço do petróleo, tais como: Transmissão do abrandamento da actividade económica do sector petrolífero para o não petrolífero; Deterioração dos termos de troca, reduzindo a competitividade externa; A contínua redução das reservas internacionais líquidas; A deterioração da posição fiscal; O aumento das necessidades líquidas de financiamento a níveis incomportáveis; A deterioração do valor do património líquido do estado.

As principais políticas no ano de 2019 estabelecidas pelo Governo foram:

Promoção do aumento das receitas não petrolíferas, através da implementação do imposto sobre o valor acrescentado (IVA); Regularização das atrasados internos; Fortalecimento da gestão das finanças públicas nos seus diversos eixos;

Continuidade da regeneração da estabilidade do sistema financeiro público. Tendo destaque a aceleração, através da Recredit, do saneamento financeiro do Banco de Poupança e Crédito (BPC), não retirando a atenção à outras instituições e empresas financeiras públicas, nomeadamente o BCI e o BDA, viabilizando a sua capacidade para apoiar a dinamização do investimento privado;

Tomada de medidas significativas pelo Executivo com o fim de melhorar o ambiente funcional das instituições públicas e combater a corrupção, de modo a pavimentar o caminho para um crescimento económico impetuoso, sustentável, mais inclusivo, equilibrado e duradouro.

MERCADO MONETÁRIO E CAMBIAL

É evidente que a contracção da economia é fruto da difícil conjuntura actual e dos fortes ajustamentos cambiais que se fizeram sentir durante todo ano de 2019.

O ano de 2019 foi fortemente marcado pelos ajustamentos do mercado cambial:

- Luibor O/N 15,73
- USD / AOA 487,0979
- EUR / AOA 546,1830
- USD / ZAR 34,680

Como consequência do desequilíbrio cambial e da estrutura da economia nacional, fortemente dependente das importações, a taxa de inflação tem apresentado em elevado crescimento, estando previsto, no entanto uma estabilização para o próximo ciclo económico.

A autoridade monetária aparenta estar a caminhar para uma maior flexibilidade da taxa de câmbio. São esperadas mudanças no regime cambial, com a introdução de mais intervenientes no mercado primário, com a menor participação do banco Central e taxas livremente negociadas.

ACTIVIDADE OPERACIONAL E DE NEGÓCIO

PRODUÇÃO

O PND - Plano Nacional de Desenvolvimento aprovado para o quadriénio 2018-2022 prevê para a Edições Novembro-EP, a produção e distribuição anual de 13.625.000 unidades dos diversos jornais que compõem o universo dos títulos produzidos pela empresa. Tendo em consideração as condições reais de produção vividas no ano 2018, a empresa decidiu reajustar para o ano 2019 aquela previsão produtiva para 13.535.000 unidades brutas e 12.452.200 unidades líquidas, uma redução de 8,6% em relação ao previsto no PND.

Neste ano previa-se igualmente o lançamento de mais dois títulos regionais, o Jornal do Norte e o Jornal do Leste, ambos com periodicidades mensais a exemplo dos regionais O Planalto e o Ventos do Sul, lançados em 2018.

A produção realizada no ano 2019 fixou-se em 4.255.147 unidades brutas e 3.411.742 unidades líquidas, pelo que, o nível de execução do plano se situa em 31,44% para produção bruta e 27,40% para produção líquida, respectivamente.

PLANO DE PRODUÇÃO - ANO 2019

Descrição	Produção		Periodicidade do Título
	Bruta	Líquida	
J.Angola	7.300.000	6.716.000	Diário
J.Desportos	5.475.000	5.037.000	Diário
J.E.Finanças	260.000	239.200	Semanal
J.Cultura	130.000	119.600	Quinzenal
J.M.Luanda	130.000	119.600	Quinzenal
J.Planalto	60.000	55.200	Mensal
J.V.Sul	60.000	55.200	Mensal
J.Norte	60.000	55.200	Mensal
J.Leste	60.000	55.200	Mensal
Total	13.535.000	12.452.200	

A justificação do baixo nível de execução do plano assenta como razão principal no início tardio dos trabalhos de reparação "rectrofill" da máquina UNIMAN (segundo trimestre) e na ruptura de stocks de matérias-primas (papel e chapas). Estas razões não só inviabilizarem o cumprimento do plano produção como também da programação estabelecida para o lançamento dos dois títulos regionais, na periodicidade do Jornal dos Desportos que teve de ser reprogramado para um trissemanário.

PRODUÇÃO REALIZADA - ANO 2019

Descrição	Produção Bruta	Líquida Líquida	Quebras Produção	Taxa Aprovei
J.Angola	3.470.542	2.820.120	(650.422)	81%
J.Desportos	609.281	483.511	(125.770)	79%
J.E.Finanças	80.779	53.111	(27.668)	66%
J.Cultura	31.230	21.000	(10.230)	67%
J.M.Luanda	49.485	27.000	(22.485)	55%
J.Planalto	4.970	3.000	(1.970)	60%
J.V.Sul	8.860	4.000	(4.860)	45%
J.Norte	0	0	(0)	0%
J.Leste	0	0	(0)	0%
Total	4.255.147	3.411.742	(843.405)	80%

O nível global de aproveitamento da produção líquida realizada face a produção bruta realizada foi de 80%, pelo que, as quebras de produção registadas foram de 20%. Por sua vez a taxa de aproveitamento da produção bruta realizada face a produção líquida planificada, situou-se em 34%, tendo em conta as justificações acima consideradas.

Plano de Produção		Produção Realizada	
Bruta	Líquida	Bruta	Líquida
13.535.000	12.452.200	4.255.147	3.411.742
% aproveitamento	92%	34%	80%
Quebras	8%	66%	20%

A média anual da produção diária registada foi de 9.333 unidades, sendo no IIIº trimestre a maior média com, 11.527 unidades e de menor média o II trimestre com 7.337 unidades, conforme espelha o quadro abaixo.

PRODUÇÃO - TRIMESTRES 2019

Descrição	I trimestre	II trimestre	III trimestre	IV trimestre	Total
Plano - Produção Líquida	3.113.050	3.113.050	3.113.050	3.113.050	12.452.200
Produção Bruta - Realizada	848.176	927.266	1.291.840	1.187.865	4.255.147
Produção Líquida - Realizada	690.697	667.682	1.060.448	992.915	3.411.742
Pbruta vs Plano	27%	30%	41%	38%	34%
PLíquida vs Pbruta	81%	72%	82%	84%	80%

Produção Média Diária	7.674	7.337	11.527	10.793	9.333
-----------------------	-------	-------	--------	--------	-------

Comparativamente aos anos últimos 2 (dois) últimos anos, a produção tem vindo a ser reduzida, por força das condições técnicas dos equipamentos de produção como também pelo insuficiente stock de matérias-primas, nomeadamente, papel e tintas.

Descrição	2017	2018	2019
Plano - Produção Líquida	93.400.000	13.519.000	12.452.200
Produção Bruta - Realizada	9.523.911	5.844.503	4.255.147
Produção Líquida - Realizada	8.398.569	5.350.558	3.411.742
Pbruta vs Plano	10%	43%	34%
PLíquida vs Pbruta	88%	92%	80%

Produção Média Diária	23.009	14.659	9.333
-----------------------	--------	--------	-------

PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS

Sendo o Jornal de Angola um título generalista e de maior tiragem, nesta condição é, igualmente, o título que maior volume de informação produz. No ano 2019 o Jornal de Angola reportou e publicou nas suas páginas os vários conteúdos de interesse público relacionados com Política Doméstica (actividade desenvolvida pelos partidos políticos), Economia (nacional e internacional), Acontecimentos Sociais (saúde, religião, educação, ambiente, água e energia, transportes, telecomunicações, construção e habitação, seca, construções ilegais, infra-estruturas, o campo, greves, sindicatos, venda ambulante, enfim, o dia a dia da população), Actividades culturais (música, literatura, teatro, exposições, dança, artes e ofícios, poesia, cinema, monumentos e sítios, etc.), Desporto nacional e internacional e Artigos de opinião (temas diversos), num total de 27.449 textos.

O Jornal dos Desportos, título de especialidade, de periodicidade diária, reportou nas suas páginas um total de 5.571 textos, relacionados com os acontecimentos desportivos nacionais e internacionais, com o maior desenvolvimento e destaque para o futebol e basketbol.

O Jornal Economia & Finanças, igualmente título de especialidade, de periodicidade semanal, durante o ano reportou nas suas páginas um total de 4.469 textos dos acontecimentos económicos e financeiros da actualidade nacional e internacional.

Jornal Cultura e Letras, título também de especialidade, com edição quinzenal inseriu um total de 540 textos dos aspectos da cultura e arte nacionais e internacional, especialmente com enfoque no património material e imaterial de Angola.

Jornais Metropolitano de Luanda, título regional generalista, com periodicidade quinzenal abordou e reportou num volume total de 1.342 textos os principais acontecimentos ocorridos na região de Luanda.

Jornal Planalto, título regional igualmente generalista, com periodicidade mensal reportou com 270 textos os acontecimentos mais relevantes das regiões do Huambo e Bié.

Jornal Ventos do Sul, título regional generalista com periodicidade mensal que reproduziu durante o ano, num total de 350 textos os acontecimentos sociais, culturais e económicos mais significativos

ocorridos nas regiões sul de país, nomeadamente, Namibe, Huila, Cunene e Cubando Cubango.

Descrição	Textos
Jornal de Angola	27.449
Jornal Desportos	5.571
J.E.Finanças	4.469
J.Cultura	540
J.M.Luanda	1.342
J.Planalto	270
J.V.Sul	350
Total	39.991



Como expectante, do total de textos produzidos, o Jornal de Angola ocupa a maior percentagem com 69% seguido dos Jornais Desportos e Economia e Finanças com 14% e 11%, respectivamente.

Excluindo a província de Luanda, o volume de informação recolhida para o Jornal de Angola nas Direcções provinciais totalizou 3.887 textos diversos e foram publicadas 2.208 textos, traduzindo-se numa operacionalidade de 56,8%. A província mais produtiva no ano foi a Huíla com pontuação máxima de 100%, de operacionalidade, seguido da província do Zaire com 77% de pontos. As províncias menos

produtivas foram a Lunda-Sul 36 pontos, Cunene e Cuanza-Sul 39 pontos, Bié 42 pontos e Namibe com 46 pontos.

DESCRIÇÃO	Ano 2019		
	Enviados	Publicados	Pontos
Bengo	167	124	74%
Benguela	361	185	51%
Bié	468	196	42%
Cabinda	102	67	66%
Cunene	299	118	39%
Huíla	394	394	100%
Huambo	319	193	61%
Quando Cubango	283	147	52%
Cuanza Norte	175	91	52%
Cuanza Sul	173	67	39%
Lunda Norte	123	76	62%
Lunda Sul	280	100	36%
Malange	237	123	52%
Moxico	160	82	51%
Namibe	111	51	46%
Uíge	168	85	51%
Zaire	142	109	77%
Total	3.887	2.208	57%

Nos últimos dois anos, 2017 e 2018, as províncias com maiores pontuações foram a Huíla com 87 pontos, Zaire 74 pontos e Cuando Cubango com 66 pontos, sendo as memos operacionais a Lunda- Sul com 40 pontos, Cuanza-Sul 41 pontos, Cunene 43 pontos e Bié 44 pontos.

A pontuação média dos últimos dois anos foi de 54,67 pontos, o que significa um aumento de 2,13 pontos da operacionalidade no ano 2019 face a 2018.

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos representam um dos maiores activos de qualquer organização, pois são eles que dão corpo a produção e a operação administrativa e financeira das organizações. A Edição de Novembro iniciou a actividade do ano com 929 trabalhadores efectivos, 29 colaboradores e 143 trabalhadores em situação de reforma e terminou o ano com 890 trabalhadores em efectivo, 45 colaboradores e 130 trabalhadores em situação de reforma.

O movimento ocorrido na força de trabalho deve-se a admissão de 6 novos trabalhadores, a passagem de 14 trabalhadores para condição de reformados e o recrutamento de 10 novos colaboradores.

QUADRO NACIONAL

Descrição	Homens	Mulheres	Total
Dirigentes	6	1	7
Responsáveis	59	18	77
Jornalistas	143	45	188
Fotógrafos	28	3	31
Técnicos Superiores	9	4	13
Técnicos Médios	153	89	242
Administrativos	96	36	132
Auxiliares Administrativos	95	54	149
Operários Qualificados	44	0	44
Operários Ñ Qualificados	7	0	7
Total	640	250	890

Apesar da redução do pessoal efectivo, a empresa continua com um quadro de trabalhadores ainda bastante elevado, atendendo ao facto do pessoal administrativo e de apoio contar com total 281 trabalhadores, o que representa 31.57% do quadro do efectivo.

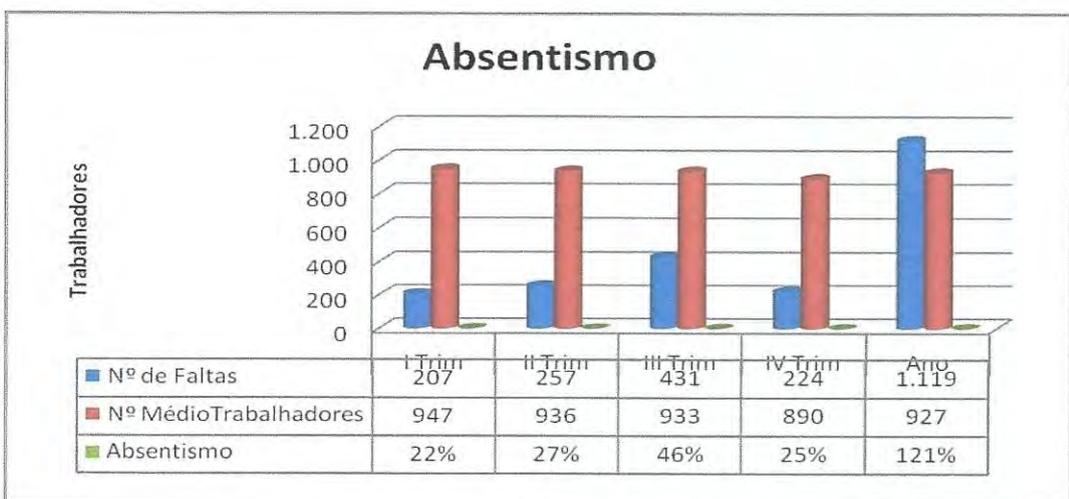
O Plano e Orçamento aprovado para o ano 2019 e por orientação dos órgãos de tutela, previa-se a desmobilização de cerca 500 trabalhadores e um custo financeiro de Kz. 5.732 milhões de Kwanzas. Essa solução porém foi abandonada devido ao custo político a ela subjacente.

No ano, mais concretamente no decurso do 2º e 3º trimestres a empresa efectuou um recadastramento do todo o pessoal, visitando todos os locais de trabalho inclusive provinciais, no sentido de apurar possíveis fantasmas. Felizmente e apesar de algumas irregularidades, não foram apurados ou detectados qualquer trabalhador não contratado.

Como previsto, no decurso do IV trimestre foi efectuada a auto-avaliação do pessoal administrativo, com a identificar melhor as suas capacidades e necessidades de formação.

O nível de absentismo na empresa continua muito elevado, tendo registado no ano 121%, o que se traduz em 1 falta por trabalhador no ano.

Descrição	I Trim	II Trim	III Trim	IV Trim	Ano
Nº de faltas	207	257	431	224	1.119
Dias de trabalho	60	59	64	60	243
Horas de trabalho diária	8	8	8	8	8
Horas de trabalho possível	480	472	512	480	1.944
Nº Médio trabalhadores	947	936	933	890	
Absentismo	22%	27%	46%	25%	121%



ACÇÕES DE FORMAÇÃO

A empresa afectou no plano e orçamento de 2019 o valor de Kz. 20.600.000,00 (vinte milhões e seiscentos mil Kwanzas), para serem utilizados na formação dos seus trabalhadores, no quadro da sua política de capacitação e valorização dos trabalhadores.

Neste âmbito foram efectuadas 14 acções de formação que abrangeu distintos trabalhadores das diversas áreas da empresa e chefias intermédias. Sob os auspícios do IGAPE os Administradores Executivos e não Executivos participaram também numa acção de formação em Liderança e Gestão Empresarial.

Eis as acções de formação ministradas.

- Gestão Avançada em Gestão de Recursos Humanos (2)
- Língua Portuguesa (22)
- Língua Inglesa (90)
- Protocolo e Secretariado Executivo e Atendimento (6)
- Elaboração de Qualificador Ocupacional (3)
- Gestão de Compras (2)
- Comunicação e Redacção de Documentos Oficiais (11)
- Estatística (12)
- Prevenção de Acidentes de Trabalho (3)
- Organização e Gestão de Tempo (20)
- Promove o seu Negócio nas Redes Sociais (3)
- Lógica Discursiva e Técnicas Argumentativa (2)
- Seminário de Actualização para Jornalistas Económicos. (7)

ACÇÃO SOCIAL

No quadro da acção social, a empresa possui um Posto Médico que conta com 2 médicos contratados em regime de avença que prestam serviço nas áreas de Clínica Geral e Pediatria. Durante o ano o posto médico atendeu a 2.335 consultas, distribuídas em medicina e pediatria.

Das consultas efectuadas, 852 foram a trabalhadores em efectivo e em situação de reformados e 1.483 a familiares (filhos e esposas). As patologias mais atendidas foram a malária, infecções (pulmonares, urinárias e dérmica). Foram igualmente atendidos 3 casos hipertensivos

que inspiravam cuidados suplementares, pelo que, de imediatos foram transferidos para a Clínica Girassol e Clínica Multiperfil.

Fruto de uma negociação colectiva entre as empresas do Sector da Comunicação Social e a seguradora Nossa Seguros, firmou-se um contrato de prestação de serviços de assistência médica e medicamentosa aos trabalhadores que voluntariamente aderiram as vantagens do referido sistema de saúde.

Com o pagamento total da dívida a Clínica Multiperfil, estabeleceu-se um protocolo para a assistência médica e medicamentosa para atendimentos aos familiares directos dos trabalhadores, trabalhadores em situação de reforma e os trabalhadores não aderentes ao sistema de seguro de saúde, em regime de participação nas despesas dos utentes, em 25% da factura.

Ainda no âmbito da acção social, por não estar resolvida a situação da dívida junto do INSS, a empresa continua a assumir o pagamento do subsídio de sobrevivência aos descendentes dos trabalhadores falecidos, bem como o pagamento das prestações salariais aos trabalhadores reformados do antigo NEA.

OUTRAS ACÇÕES DE ÂMBITO SOCIAL

Conjuntamente com as demais empresas da Comunicação Social, a Edições Novembro patrocinou o Natal Solidário a uma creche e um orfanato, com ofertas de bens de primeira necessidade, entre os quais alimentos da cesta básica e bens industriais, como fogão, arcas frigoríficas, roupa usada (fardos), colchões e televisores.

INVESTIMENTOS

No ano em relato estavam previstos a realização de um conjunto de investimentos que totalizavam Kz. 3.388.448.234,00 (três biliões, trezentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e quatro Kwanzas. Deste valor, apenas foi possível realizar investimentos nas diferentes rubricas na soma de Kz. 556.114.924,00 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, cento e catorze mil, novecentos

e vinte e quatro Kwanzas), valor que representa aproximadamente 16.4% do total orçamentado.

Descrição	Realizado	Previsto
Equipamentos de Produção	275.346.615	603.938.117
Infra-estruturas	93.016.482	1.322.896.000
Informática e Comunicações	42.338.207	698.690.117
Equipamentos de Carga e Transporte	119.654.972	762.924.000
Outros	25.758.648	0
Total	556.114.924	3.388.448.234



Equipamentos de Produção

Apesar de carecer ainda de trabalhos de índole mecânica, foi realizado com sucesso a recuperação dos elementos electrónicos (Rectrofit) da máquina Uniman. igualmente foram realizados trabalhos na máquina Coroman, paralisada a mais de 10 anos, por falta de assistência técnica e de acessórios. Neste momento a empresa conta com 2 equipamentos de produção, constituindo a máquina Coroman back up da Uniman.

Infra-estruturas

Foram realizados os trabalhos de reparação do teto da Nave principal da Cuca, que alberga os principais equipamentos de produção. Para a recuperação total desta infra-estrutura faltam os trabalhos de arranjo do chão da nave, montagem de novos aparelhos de ar condicionado e escoamento das águas pluviais.

Equipamentos informáticos e comunicações

Os investimentos realizados neste item, consubstanciam-se na aquisição de computadores, ups, impressoras, anti-virus, equipamentos de fotografia e telefones móveis.

Equipamentos de carga e transporte

Foram adquiridas algumas viaturas de reportagem para apetrechar algumas editorias, serviços de apoio e uma empilhadora para o armazém central de Viana. Igualmente foram recuperadas em Luanda 18 viaturas e 3 motorizadas e nas províncias, 8 viaturas.

Outros

Em outros investimentos realizados enquadram-se a aquisição de electrodomésticos diversos, geradores de energia para equipar os postos municipais da Edições Novembro, electrobombas, etc.

INVESTIMENTOS REALIZADOS - EVOLUÇÃO

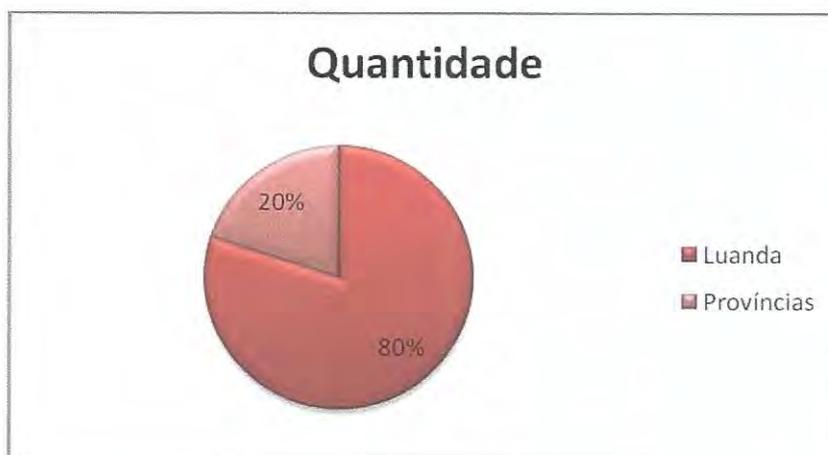
Descrição	2018	2019	%
Equipamentos de Produção	0	275.346.615	100%
Infra-estrutura	33.402.590	93.012.482	278%
Informática e Comunicações	24.078.710	42.338.207	176%
Equipamentos de Carga e Transporte	92.500.000	119.654.972	129%
Outros Equipamentos	33.234.170	25.758.647	78%
Total	183.215.470	556.110.923	304%

DISTRIBUIÇÃO DE JORNAIS

A Edições Novembro-EP publicou 7 títulos, entre diários, semanários, quinzenários e mensais, cuja distribuição é feita para todo o território nacional, através de via aérea e terrestres. Este modelo distribuição tem-se revelado bastante oneroso devido a dimensão do país e a distância entre as sedes municipais e os municípios, o que faz com que o produto muitas vezes não chega ao consumidor leitor com a actualidade desejada.

A província de Luanda por ser a maior praça política, económica e financeira do país, consome a maior fatia dos produtos produzidos pela Edições Novembro, 80% da produção líquida total.

Descrição	Quantidade	%
Luanda	2.728.821	80,0%
Províncias	682.205	20,0%
Total	3.411.026	100,0%



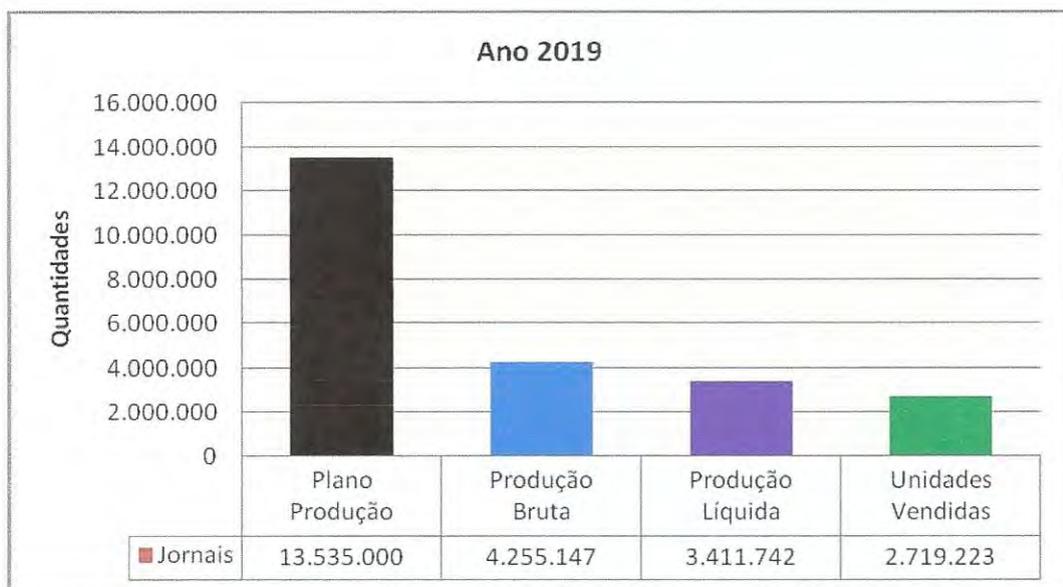
COMERCIALIZAÇÃO

Venda de Jornais

Durante o ano foram comercializados 2.719.223 unidades dos diversos títulos produzidos, tendo-se obtido uma receita líquida de Kz. 85.756.243,00 (oitenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta e três Kwanzas), ao preço médio de venda unitário de Kz. 31,53. As quebras de vendas situaram-se em torno de 20%, índice ajustado ao planificado. De acordo com o plano de 2019 o registo de facturação de venda de jornais ficou aquém do expectável em mais de 80%, pois o referido plano previa uma facturação de Kz. 458.562.500,00.

PRODUÇÃO E VENDAS DE JORNAIS

Descrição	Plano Produção	Produção Bruta	Produção Líquida	Unidades Vendida
JAngola	7.300.000	3.470.542	2.820.120	2.273.244
JDesportos	5.475.000	609.281	483.511	396.294
JFinanças	260.000	80.779	53.111	27.586
JCultura	130.000	31.230	21.000	7.972
JMLuanda	130.000	49.485	27.000	10.419
JPlanalto	60.000	4.970	3.000	1.894
PVSul	60.000	8.860	4.000	1.814
JNorte	60.000	0	0	0
JLeste	60.000	0	0	0
Total	13.535.000	4.255.147	3.411.742	2.719.223
%	→	31%	80%	80%



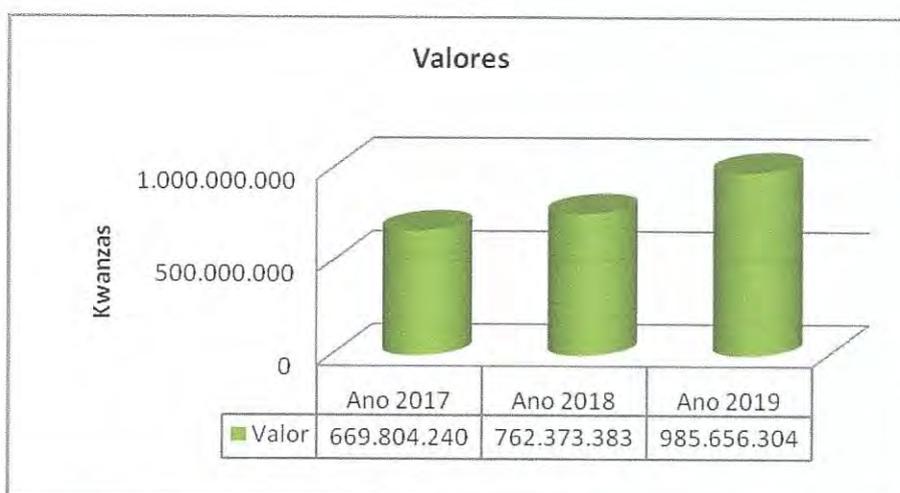
Venda de Espaços Publicitários

No ano 2019 foram vendidos 48.237 espaços publicitários diversos, o que proporcionou uma facturação líquida de Kz. 985.656.304,00 (novecentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, trezentos e quatro Kwanzas).

A empresa esperava uma facturação de vendas de espaços publicitários no montante de Kz. 761.512.748,00, pelo que, o valor facturado representa um aumento de 30% de sobre facturação.

Venda de Espaços Publicitários - Ano 2019

Descrição	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
Quantidade	72.364	57.063	48.237
Valor	669.804.240	762.373.383	985.656.304



RECEITAS PRÓPRIAS

A receita líquida obtida no ano foi de Kz. 939.962.273,00 (novecentos e trinta e nove milhões, novecentos e sessenta e dois mil, duzentos e setenta e três Kwanzas), sendo Kz. 870.801.112,00 resultado da venda de espaços diversos e o restante da venda dos jornais.

A receita da venda de espaços publicitários representa 88% da facturação líquida e a venda de Jornais 78% facturação da sua facturação.

RECEITAS DE VENDA

Descrição	Ano 2019		Total
	Facturação	Cobranças	
Jornais	85.756.243	69.161.161	78%
Espaços publicitários	985.656.304	870.801.112	88%
Total	1.071.412.547	939.962.273	87%



TESOURARIA

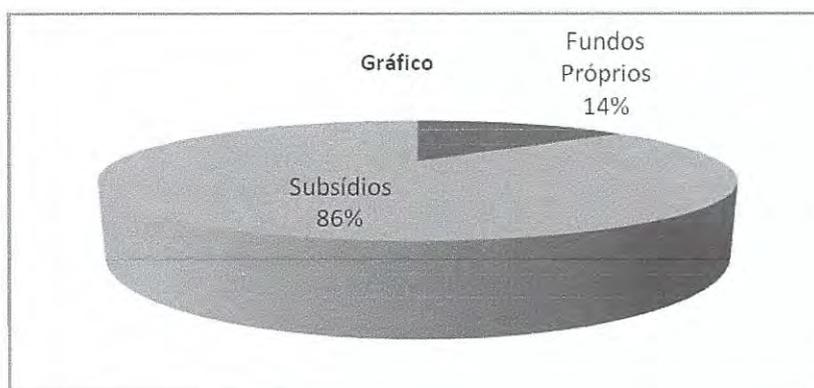
ARRECADAÇÃO

A empresa recepcionou no ano de 2019 um total de subsídios no valor de Kz. 5.547.179.866,00 (cinco biliões, quinhentos e quarenta e sete milhões, cento e setenta e nove mil, oitocentos e sessenta e seis Kwanzas), sendo Kz. 5.299.798.866,00 para as despesas e remunerações do pessoal e Kz. 247.500.000,00 para aquisição de matérias-primas e outros consumíveis de produção.

Da actividade operacional a tesouraria embolsou o valor de Kz. 939.962.273,00 (novecentos e trinta e nove milhões, novecentos e sessenta e dois mil, duzentos e setenta e três Kwanzas), sendo Kz. 69.161.161,00 de venda de jornais e Kz. 870.801.112,00 de venda de diversos espaços publicitários.

TESOURARIA

Descrição	Valor
Fundos Próprios	939.962.273
Subsídios	5.751.623.416
Outros	41.353.884
Total	6.732.939.573



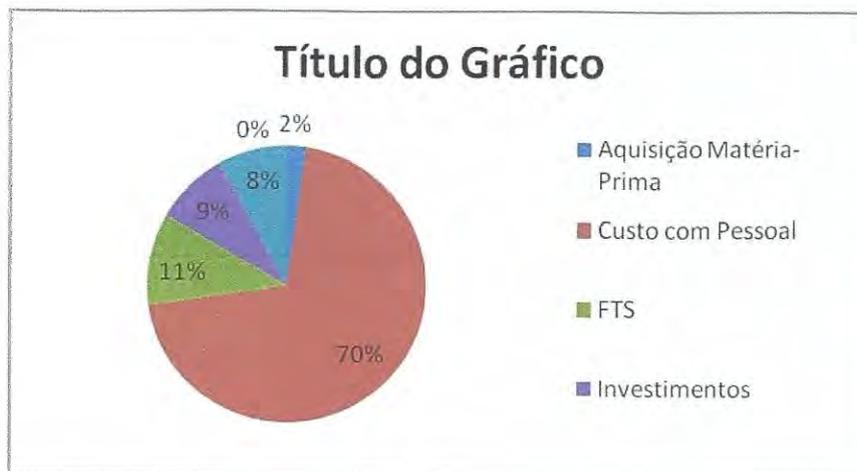
O subsídio do estado continua a ter um peso significativo na estrutura da receita da empresa, que conforme o gráfico constitui 86% do total da arrecadação contra apenas 14% dos fundos próprios.

DESPESA

Do lado das despesas, entre outros pagamentos a despesa do custo com o pessoal representa 70% dos pagamentos e as despesas de funcionamento 11%.

DESPESA

Descrição	Valor
Aquisição Matéria-Prima	146.063.670
Custo com Pessoal	4.592.943.265
FTS	710.749.881
Investimentos	526.251.219
Dívida Financeira - BCI	236.944.422
Outros	868.945.421
Total	7.081.897.878



a empresa desembolsou para custo com o pessoal um total de Kz. 4.592.943.265,00, sendo Kz. 4.546.225.388,00 para pagamento de remunerações, custos e despesas com o pessoal (efectivo e em situação de reformados), Kz. 80.820.152,00 com os colaboradores, e Kz. 46.717.877,00 de pensão de sobrevivências aos descendentes dos trabalhadores falecidos.

As despesas de funcionamento custaram Kz. 710.749.881 e custo e amortização da dívida com o banco BCI Kz. 236.944.422. Pagamentos de investimentos realizados Kz. 526.251.219,00 e aquisição de matérias-primas Kz. 146.063.670,00.

Devido a forte volatilidade do mercado de câmbio no início do III trimestre do ano e perante de uma liquidez de tesouraria temporariamente livre, a empresa investiu Kz. 30.000.000,00 (trinta milhões de Kwanzas), em obrigações de tesouro indexados em dólares americanos.

O saldo de caixa do período é de Kz. (348.958.205) (trezentos e quarenta e oito milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e cinco Kwanzas), conforme mapa abaixo.

Receitas	6.732.939.673
Despesas	7.081.897.878
Saldo	(348.958.205)

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

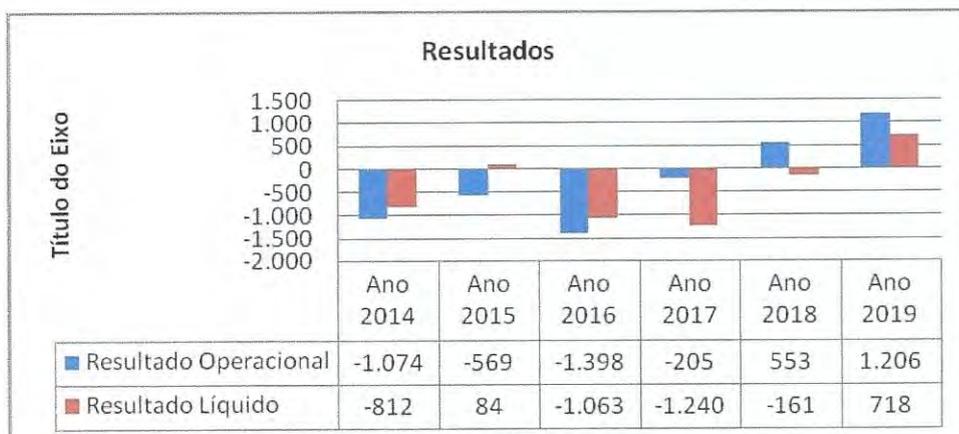
Em 2017 a empresa deu início a reversão do ciclo de resultados operacionais negativos, tendo naquele ano reduzido em cerca de 85% o valor negativo registado face ao ano 2016.

No ano 2018 foi quebrado pela primeira vez o ciclo dos resultados operacionais negativos, tendo o referido resultado registado sido positivo, face aos anteriores, desde o ano 2014.

No presente ano a empresa consolida a reversão do ciclo, tendo registado um resultado operacional positivo correspondente de aproximadamente 1,2 vezes superior ao alcançado em 2018 e consequentemente registado um Lucro de Kz. 718 milhões de Kwanzas.

Milhões

Descrição	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
Resultado Operacional	-1.074	-569	-1.398	-205	553	1.206
Resultado Líquido	-812	84	-1.063	-1.240	-161	718



Demonstração dos resultados por natureza

	Ano - 2019		Taxa Execução	Desvios
	Plano	Execução		
Vendas	458.562.500	85.756.243	19%	-372.806.257
Prestação de Serviços	761.512.748	985.656.304	129%	224.143.556
Outros Proveitos Operacionais	15.661.874.084	6.201.131.901	40%	-9.460.742.183
	16.881.949.332	7.272.544.448	43%	-9.609.404.884
Custos das Existências Consumidas	2.233.173.426	394.939.511	18%	-1.838.233.915
Custos com Pessoal	4.112.105.018	4.694.064.812	114%	581.959.794
Amortizações	260.221.916	230.575.500	89%	-29.646.416
Outros Custos e Perdas Operacionais	7.148.222.654	710.749.881	10%	-6.437.472.773
Custo Operacional	13.753.723.014	6.030.329.704	44%	-7.723.393.310
Resultado Operacional = Ebit	3.128.226.318	1.242.214.744	40%	-1.886.011.574
Resultados Financeiros	(132.000.000)	-216.947.307	-164%	-348.947.307
Resultados Não Operacionais	0	997.481		997.481
Resultados Extraordinários	0	169.166		169.166
Resultado Antes Impostos = RAI	2.996.226.318	1.026.434.084	204%	-1.969.792.234
Imposto sobre Lucros	(898.867.895)	(307.930.225)	61%	-590.937.670
Resultado Líquido = RL	2.097.358.423	718.503.859	34%	-1.378.854.564

RÁCIOS

	Orçamento	Execução	Taxa Execução
Volume de Negócio - VN	16.881.949.332	7.272.544.448	43%
Margem Bruta	14.648.775.906	6.877.604.937	47%
EBITDA	13.493.501.098	5.799.754.204	43%
Resultado Operacional - EBIT	3.128.226.318	1.242.214.744	40%
RAI	2.996.226.318	1.026.434.084	34%
RL - Resultado Líquido	2.097.358.423	718.503.859	34%
EBITDA / VN	0,80	0,80	100%
EBIT / VN	0,19	0,17	92%
RL / VN	0,12	0,10	80%
RAI / EBITDA	0,22	0,18	80%
RL / EBITDA	0,16	0,12	80%
RL / EBIT	0,67	0,58	86%

JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS

Outros Proveitos Operacionais

O desvio está suportado pela não recepção do subsídio então previsto para fazer face a desmobilização do pessoal achado excedentário.

Custos das Existências Consumidas

O desvio deveu-se a não realização da produção prevista devido a não operacionalidade da máquina UNIMAM e, por outro lado, por insuficiência de stock de matérias-primas.

Outros Custos e Perdas Operacionais

O desvio é suportado pela não realização do custo com a desmobilização de pessoal achado excedentário.

RACIOS

LIQUIDEZ

Grau de Liquidez Geral

Fundo de Maneio

2019	2018	2017
0,57	0,57	0,37
-2.521.577.205	-3.127.882.904	-3.845.465.021

ESTRUTURA DE CAPITAL

Grau de Cobertura do Activo

não Corrente

Grau de Autonomia Financeira

Grau de Solvabilidade

0,88	0,85	0,81
0,70	0,67	0,73
2,35	2,05	2,69

ESTRUTURA DO BALANÇO

Activo não Corrente

Activo Corrente

Capitais Próprios

Passivo não Corrente

Passivo Corrente

0,86	0,83	0,90
0,14	0,17	0,10
0,70	0,67	0,73
0,06	0,03	0,00
0,24	0,30	0,27

DESTAQUES:

Principais Indicadores Economico-Financeiros

Apesar dos constrangimentos de várias ordens observados no decurso da actividade da Empresa, o exercício de 2019 regista um ligeiro crescimento a nível dos indicadores de rentabilidade e financeiros, graças às políticas de gestão que permitiram o aumento do volume de negócios e consequentemente das margens operacionais.

O volume de negócios de 1.071.412.547,00 representa um crescimento de 25% comparativamente ao exercício anterior, como resultado do aumento em 30% do valor da venda de espaços publicitários.

O resultado líquido de 718 milhões de Kwanzas representa um crescimento 3,5 vezes ao do período anterior.

O grau de Liquidez Geral, apresenta um grau de crescimento de 3 pontos percentuais face ao exercício anterior. Igual resultado observa-se no grau de cobertura do Activo não Corrente.

O Fundo de Maneio, apesar de negativo, representa uma maior disponibilidade em cerca de 30% face ao período homólogo.

O grau de Autonomia Financeira aumentou em 4 pontos percentuais, o mesmo que o grau de Solvabilidade, fruto da consolidação da dívida de curto prazo (conta caucionada), para dívida geral, com pagamento até 60 meses.

BALANÇO

EDIÇÕES NOVEMBRO - EMPRESA PÚBLICA

Balanço

Moeda: Kwanzas

Janeiro à Dezembro

ACTIVO		Notas	2019	2018
Activo				
Activo não corrente				
Imobilizações corpóreas	4	5.826.819.410	5.543.340.928	
Imobilizações incorpóreas	5	26.599.526	20.640.375	
Imobilizações em curso	4	43.550.925	17.391.758	
Outros activos não correntes	9	14.917.266.492	14.917.266.492	
Investimentos Financeiro		30.262.940		
Total do activo não corrente		20.844.499.294	20.498.639.554	
Activo corrente				
Existências	8	289.616.053	138.367.255	
Contas a receber	9	1.827.153.311	2.173.395.310	
Disponibilidades	10	1.015.416.663	1.364.374.868	
Outros activos correntes	11	144.401.598	469.280.857	
Total do activo corrente		3.276.587.625	4.145.418.290	
Total do activo		24.121.086.919	24.644.057.844	
CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO				
Capital próprio:		Notas	2019	2018
Capital	12	15.000.000.000	15.000.000.000	
Reservas	13	3.580.601.578	3.580.601.578	
Resultados transitados	14	(2.380.448.093)	(1.859.930.626)	
Resultado do exercício		718.503.821	(161.250.812)	
Total do capital próprio:		16.918.657.306	16.559.420.141	
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de médio e longo prazo	15	834.831.967		
Impostos diferidos				
Provisões	18	569.432.816	569.432.816	
Outros passivos não correntes	19		241.903.693	
Total do passivo não corrente		1.404.264.783	811.336.510	
Passivo corrente				
Contas a pagar	19	5.106.039.119	5.373.849.548	
Parte cor. dos empr. a médio e longo prazo	15	238.523.419	936.962.225	
Outros passivos correntes	21	453.602.291	962.489.421	
Total do passivo corrente		5.798.164.829	7.273.301.194	
Total do passivo:		7.202.429.612	8.084.637.703	
Total do capital próprio e do passivo:		24.121.086.919	24.644.057.844	

O Contabilista

António Samuel Eduardo
Técnico n.º 20150564

O Administrador Financeiro

José Alberto Domingos

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração de Resultados

Moeda: Kwanzas

Janeiro à Dezembro

ACTIVO	Notas	2019	2018
PROVEITOS OPERACIONAIS			
Vendas	22	85.756.243	94.601.201
Prestações de Serviços	23	985.656.304	762.373.382
Outros proveitos operacionais	24	6.201.131.901	5.229.908.389
Variações nos produtos acabados e produtos em vias de fabrico Trabalhos para a própria empresa			
Total dos Proveitos Operacionais		7.272.544.449	6.086.882.972
CUSTOS OPERACIONAIS			
CMVMC	27	394.939.511	357.200.679
Custos com o Pessoal	28	4.694.064.812	4.393.762.278
Amortização	29	230.575.500	200.591.053
Fornecimentos e serviços externos	30	710.749.881	582.567.052
Total dos Custos Operacionais		6.030.329.705	5.534.121.062
RESULTADOS OPERACIONAIS		1.242.214.744	552.761.911
RESULTADOS FINANCEIROS	31	(216.947.360)	(136.786.773)
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	33	997.481	(577.225.950)
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	34	169.166	
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		1.026.434.031	(161.250.812)
Imposto sobre o Rendimento	35	307.930.209	
RESULTADOS LIQUIDOS		718.503.821	(161.250.812)
APURAMENTO LUCRO TRIBUTÁVEL			
Imposto Industrial			
Correcções Fiscais		75.511.895	
RESULTADO LIQUIDO		1.026.434.031	
APURAMENTO MATERIA COLECTÁVEL			
Lucro Tributável		1.101.945.925	
PREJUIZO		(2.464.266.115)	
MATERIA COLECTAVEL		(1.362.320.190)	
CÁLCULO DO IMPOSTO			
A Taxa Normal			
DEDUÇÕES A COLECTA			
Liquidações Provisórias		48.525.439,00	45.422.696
Retenção na Fonte		2.219.064	1.893.768
SOMA DEDUÇÕES		50.744.503	47.316.464
TOTAL A RECUPERAR		50.744.503	47.316.464

O Contabilista

António Samuel Eduardo
Técnico n.º 20150564

O Administrador Financeiro

José Alberto Domingos

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

EDIÇÕES NOVEMBRO - EMPRESA PÚBLICA

Demonstração de Fluxos de Caixa

Moeda: Kwanzas

Janeiro à Dezembro

Designação	Notas	2019	2018
Fluxo de caixa das actividades operacionais:			
Recebimentos (de caixa) de clientes e outros		974.684.780	5.818.804.987
Pagamentos a fornecedores, empregados e credores diversos.....		(6.318.702.237)	(5.660.456.104)
Caixa gerada pelas operações:			
Juros pagos		-	-
Impostos sobre lucros pagos		-	-
.....		-	-
Impostos s/os lucros pagos.....		-	-
Fluxos de caixa antes da rubrica extraordinária:			
Receb. Relac. Rub. Extraord.		-	-
Pagamentos Relac. Rub. Extraord.		-	-
Caixa líquida proveniente das actividades operacionais.....		(5.344.017.458)	158.348.883
Fluxo de caixa das actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas.....		5.644.813	54.852
Imobilizações incorpóreas.....		-	-
Investimentos financeiros.....		-	-
Subsídios a investimento.....		-	456.500.000
Juros e proveitos similares.....		986.664	1.461.145
Dividendos ou lucros recebidos.....		-	-
Sub Total.....		6.631.477	458.015.997
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas.....		(487.151.179)	(157.886.139)
Imobilizações incorpóreas.....		(8.837.100)	(7.128.190)
Investimentos financeiros.....		(30.262.940)	-
Sub Total.....		(526.251.219)	(165.014.329)
Caixa líquida usada nas actividades de investimento...		(519.619.742)	293.001.668
Fluxo de caixa das actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Aumento de capital, prestações suplementares e vendas de acções ou quotas próprias.....		-	-
Coberturas de prejuízos.....		-	-
Empréstimos obtidos.....		-	-
Subsídios à exploração e doações.....		5.751.623.416	-
Sub Total.....		5.751.623.416	-
Pagamentos respeitantes a:			
Reduções de capital e prest. suplementares.....		-	-
Compras de acções ou quotas próprias.....		-	-
Dividendos ou lucros pagos.....		-	-
Empréstimos obtidos.....		(119.261.710)	(180.238.000)
Amort. de contratos de locações finan.		-	-
Juros e custos similares pagos.....		(117.682.712)	(71.661.583)
Sub Total.....		(236.944.421)	(251.899.583)
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento....		5.514.678.995	(251.899.583)
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes.....		(348.958.205)	199.450.968
Caixa e seus equivalentes no início do período.....		1.364.374.868	677.992.067
Caixa e seus equivalentes no fim do período.....		1.015.416.663	1.364.374.868

O Contabilista

António Samuel Eduardo
Técnico n.º 20150564

O Administrador Financeiro

José Alberto Domingos

NOTAS ÀS CONTAS

SUMÁRIO

	Pág.
1. NOTA INTRODUTÓRIA _____	2
2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS _____	2
2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO _____	2
2.2. BASES DE VALORIMETRIA ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS _____	3
NOTAS AO BALANÇO _____	6
4. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS _____	6
5. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS _____	7
8. EXISTÊNCIAS _____	8
9. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A RECEBER _____	9
10. DISPONIBILIDADES _____	10
11. OUTROS ACTIVOS CORRENTES _____	10
12. CAPITAL SOCIAL E PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS _____	11
13. RESERVAS _____	11
14. RESULTADOS TRANSITADOS _____	12
15. EMPRÉSTIMOS CORRENTES E NÃO CORRENTES _____	12
18. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS _____	12
19. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A PAGAR _____	13
21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES _____	14
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS _____	15
22. VENDAS _____	15
23. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO _____	15
24. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS _____	16
27. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS _____	16
28. CUSTOS COM O PESSOAL _____	17
29. AMORTIZAÇÕES _____	17
30. OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS _____	18
31. RESULTADOS FINANCEIROS _____	19
33. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS _____	20
34. RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS _____	21
35. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO _____	22

Anexo às Demonstrações financeiras em 31.12.2019
(Montantes expressos em Kwanzas - Kz)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Empresa Edições Novembro-EP é uma empresa pública de grande dimensão e de interesse público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

A Edições Novembro-EP tem por objecto social principal a produção e a edição de publicações periódicas e não periódicas, assim como a edição e impressão por encomenda ou contrato de publicações especializada e de publicidade.

A Edições Novembro-EP exerce, directa ou indirectamente actividades complementares ou acessórias à sua exploração principal, com as restrições da legislação aplicável ao processo de investimento e ao regime das empresas públicas.

O exercício das actividades complementares ou acessórias carece da autorização do órgão de tutela.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Geral de Contabilidade Angolano (adiante "PGCA") aprovado pelo Decreto-Lei nº 82/01, de 16 de Novembro. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos em Kwanzas e de acordo com o Plano Geral de Contabilidade em vigor em Angola.

De acordo com o PGCA, são de preparação obrigatória as seguintes componentes das Demonstrações Financeiras:

- O Balanço;
- A Demonstração de Resultados por natureza ou, em sua substituição, a Demonstração de Resultados por funções;
- A Demonstração de Fluxos de Caixa elaborada pelo método directo ou, em sua substituição, a Demonstração de Fluxos de Caixa elaborada pelo método indirecto;
- As Notas às contas

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade e do acréscimo, respeitando as características da relevância e fiabilidade e em obediência aos princípios contabilísticos da consistência, materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade.

2.2. BASES DE VALORIMETRIA ADOPTADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição adicionado das respectivas despesas de transporte e despesas alfandegárias no caso das aquisições efectuadas fora do território nacional.

As Amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimo, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e Outras construções	8-20
Equipamento básico	3-10
Equipamento de transporte	3 -5
Equipamento administrativo	6-10

b) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo histórico e são amortizados pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

c) Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são facturados. As diferenças entre os montantes facturados e os correspondentes proveitos e custos gerados são registadas nas rubricas de outros activos e passivos correntes (Notas 11 e 21).

d) Vendas

As vendas são registadas ao valor dos activos cedidos ou a ceder, líquidas de descontos e das devoluções expectáveis. Os proveitos daí recorrentes são reconhecidos quando os riscos e direitos inerentes à pose são transferidos para o comprador.

e) Prestações de serviço

A empresa reconhece os resultados dos serviços de acordo com o serviço realizado, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos na prestação do serviço solicitado por edição.

f) Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para as colocar no seu local e na sua condição actual.

As saídas de armazém (consumos) são valorizados ao custo médio ponderado.

g) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para Kwanzas, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31.12.2019 e 31.12.2018. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Kwanzas, utilizando-se as seguintes taxas de câmbio em 31 de Dezembro de 2019 e 2018.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Dólar Norte-Americano ("USD")	477,35	310,16
Euro ("Eur")	535,45	354,13

h) Impostos diferidos

Por não ser uma política contabilística de aplicação obrigatória em Angola, não se encontram registados nas demonstrações financeiras os impostos diferidos relativamente às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

i) Regime fiscal

A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes impostos e contribuições numa base recorrente:

- I. Segurança Social: Esta contribuição correspondente 11% das remunerações dos empregados, sendo 3% da responsabilidade do empregado;
- II. Imposto sobre Rendimento do Trabalho (IRT): Este imposto é retido pela Empresa e deduzido nos ordenados dos empregados, sendo calculado com base nas remunerações destes. Ao abrigo da Lei nº 18/12, de 22 de Outubro, foram definidos treze escalões crescentes variáveis sendo a taxa máxima de 17%;
- III. Imposto de selo: Este imposto é calculado mensalmente e corresponde a 1% sobre os proveitos gerados decorrente das receitas obtidas sendo liquidado no momento do recebimento e pago às autoridades fiscais no momento da sua cobrança; Revogado pelo Decreto Presidencial nº 180/19, de 24 de Maio.
- IV. Imposto Industrial: A Empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de imposto industrial. O imposto é calculado com base no lucro tributável (resultado contabilístico para efeitos fiscais) utilizando uma taxa nominal de 30%. Adicionalmente, a Lei nº 19/14, de 22 de Outubro, estabelece o regime tributário de liquidação e pagamentos provisórios antecipado em sede de Imposto Industrial, relativamente às vendas (2%

das vendas do primeiro semestre) e às prestações de serviços (à taxa de 6,5%), operando por retenção na fonte;

- V. Imposto predial e urbano: A Lei nº 18/11, de 21 de Abril (que vem substituir ao anterior Código de Imposto Predial) estabelece que o pagamento do imposto predial e urbano sobre rendimentos de imóveis após 31 de Maio de 2011, opera por retenção na fonte à taxa de 15%, caso o senhorio não esteja isento. Adicionalmente, os rendimentos com a actividade de arrendamento deixam de ser tributados em sede de imposto industrial, estando agora abrangidos por esta lei, sendo o imposto calculado com base no proveito com rendas contabilizado e utilizando-se uma taxa de 15%;
- VI. Imposto sobre a aplicação de capitais: O Diploma Legislativo nº 2/14, de 20 de Outubro estabelece a incidência sobre os rendimentos provenientes da simples aplicação de capitais, sendo devida pelos titulares dos respectivos rendimentos sem prejuízo da sua exigência a outras entidades. A determinação da matéria colectável varia mediante o tipo de rendimento em causa, tal como a taxa aplicável;
- VII. Contribuição especial sobre operações bancárias: O Decreto 1/16, de 24 de Fevereiro define que sobre determinadas operações bancárias, independentemente da moeda, os bancos estão obrigados a efectuar a retenção de 10% sobre o valor da operação, vigorando este diploma de Junho de 2016; e
- VIII. Imposto sobre o Valor Acrescentado: Aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 180/19 de 24 de Maio, a Empresa encontra-se registado no Regime Geral onde o imposto é calculado a taxa de 14%. Em todas as facturas emitidas, a empresa adiciona ao Cliente a mesma taxa e no final do mês seguinte submete ao Estado o valor líquido .

De acordo com a legislação em vigor na República de Angola, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa referentes aos anos desde 2014 até 2018 poderão ainda vir a ser ajustadas a revisão.

Adicionalmente, foi publicado em Diário da República do dia 28 de Dezembro de 2018 a Lei nº 18/18 que aprova a regularização das dívidas de natureza fiscal e aduaneira, bem como aos regimes contributivos em vigor, integrantes do sistema de segurança social, cujos factos tributários se tenham verificado até 31 de Dezembro de 2017, os quais quando realizados por iniciativa do contribuinte ou pelos seus representantes, gozam do perdão do pagamento de juros, multas e custas processuais.

NOTAS AO BALANÇO

As notas anexas, fazem parte integrante do balanço do exercício findo Em 31 de Dezembro de 2019

4. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

4.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2019, a composição da rubrica de "Imobilizações corpóreas" é conforme segue:

Rubricas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	1.181.955.942		1.181.955.942
Edifícios e outras construções	4.816.605.046	(851.922.733)	3.964.682.313
Equipamento Básico	1.554.493.427	(1.163.185.434)	391.307.993
Equipamento de Transporte	1.328.118.393	(1.157.534.195)	170.584.197
Equipamento Administrativo	643.310.812	(600.367.227)	42.943.585
Taras e Vasilhame	4.246.986	(3.151.731)	1.095.255
Outras Imobilizações corpóreas	165.593.599	(91.343.474)	74.250.125
Imobilizado em curso	43.550.925		43.550.925
TOTAL	9.737.875.129	(3.867.504.794)	5.870.370.335

4.3 MOVIMENTOS OCORRIDOS, DURANTE O EXERCÍCIO, NO VALOR BRUTO

Durante o exercício findo Em 31 de Dezembro de 2019, o movimento ocorrido no valor bruto das imobilizações corpóreas foi o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Alienações e Abates	Regularizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	1.181.955.942				1.181.955.942
Edifícios e outras construções	4.735.857.257	80.747.789			4.816.605.046
Equipamento Básico	1.272.225.335	282.268.092			1.554.493.427
Equipamento de Transporte	1.224.509.460	119.654.972	16.046.039		1.328.118.393
Equipamento Administrativo	625.145.833	26.741.032	8.576.053		643.310.812
Taras e Vasilhame	4.246.986				4.246.986
Outras Imobilizações corpóreas	155.253.396	11.702.774	1.362.571		165.593.599
Imobilizado em curso	17.391.758	402.124.366	375.965.199		43.550.925
TOTAL	9.216.585.967	923.239.024	401.949.862		9.737.875.129

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, houve a transferência de valores da conta de Imobilizados em curso para rubrica "Edifícios e outras construções" com a reparação do teto na fábrica da Cuca e na rubrica "Equipamento básico", com a melhoria da Retrofit (Rotativa Unniman) por formas a dar melhor qualidade na impressão dos títulos do Jornal

4.4 MOVIMENTOS, OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO, NAS AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações e Abates	Regularizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais					851.922.733
Edifícios e outras construções	751.219.629	100.703.104			1.163.185.434
Equipamento Básico	1.135.933.026	27.252.408			1.157.534.195
Equipamento de Transporte	1.128.154.548	45.425.686	(16.046.039)		3.151.731
Taras e Vasilhame	2.779.331	372.400			600.367.227
Equipamento Administrativo	557.665.649	42.701.578			91.343.475
Outras Imobilizações corpóreas	80.101.097	11.242.378			
TOTAL	3.655.853.280	227.697.552			3.867.504.794

5. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

5.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2019, a composição da rubrica de "Imobilizações incorpóreas" é conforme segue:

Rubricas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Trespases			
Despesas de Investigação e desenvolvimento			
Propriedade Industrial e outros direitos e contratos			
Despesas de Constituição			
Software	44.768.011	18.168.485	26.599.526
Outras Imobilizações incorpóreas			
TOTAL	44.768.011	18.168.485	26.599.526

5.2 MOVIMENTOS OCORRIDOS, DURANTE O EXERCÍCIO, NO VALOR BRUTO

Durante o exercício findo Em 31 de Dezembro de 2019, o movimento ocorrido no valor bruto das imobilizações incorpóreas foi a seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Alienações e Abates	Regularizações	Saldo Final
Trespases					
Despesas de Investigação e desenvolvimento					
Propriedade Industrial e outros direitos e contratos					
Despesas de Constituição					
Software	35.930.912	8.837.099			44.768.011
Outras Imobilizações incorpóreas					
TOTAL	35.930.912	8.837.099			44.768.011

5.3 MOVIMENTOS, OCORRIDO, DURANTE O EXERCÍCIO, NAS AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

Durante o exercício findo Em 31 de Dezembro de 2019, o movimento ocorrido nas amortizações acumuladas

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Trespases				
Despesas de Investigação e desenvolvimento				
Propriedade Industrial e outros direitos e contratos				
Despesas de Constituição				
Software	15.290.537	2.877.948		18.168.485
Outras Imobilizações incorpóreas				
TOTAL	15.290.537	2.877.948		18.168.485

8. EXISTÊNCIAS

8.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2019, o detalhe da rubrica "Existências" era conforme seque:

Rubricas	Valor Bruto	Provisões acumuladas	Saldo Final
Matérias Primas	276.553.975		276.553.975
Produtos Acabados e Intermedios			
Matérias Primas, mercadorias e materiais em trânsito	13.062.078		13.062.078
TOTAL	289.616.053		289.616.053

Durante o exercício findo Em 31 de Dezembro de 2019, o movimento ocorrido no valor bruto das Existências foi o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Matérias Primas	130.490.305	540.071.353	(394.007.683)	276.553.975
Produtos Acabados e Intermedios				
Materiais Diversos				
Matérias Primas, mercadorias e materiais em trânsito	7.876.950	549.924.099	(544.738.971)	13.062.078
TOTAL	138.367.255	1.089.995.452	(938.746.654)	289.616.053

9. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A RECEBER

9.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Contas a receber", corrente e não corrente, apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Clientes	1.919.787.326	1.867.359.764
<i>Nacionais</i>	1.243.823.302	897.453.897
<i>Estrangeiros</i>	1.961.336	
<i>Clientes titulos a receber</i>		
<i>Clientes de cobranças duvidosas</i>	948.623.860	969.905.867
<i>Clientes saldos credores</i>	(274.621.172)	
Fornecedores		216.560.488
<i>Nacionais</i>		
<i>Estrangeiros</i>		
<i>Saldo Devedor</i>		216.560.488
Estado		47.960.596
<i>Imposto s lucros</i>		47.960.596
Entidades Participantes e Participadas	14.917.266.492	14.917.266.492
<i>Entidades Participantes</i>		
<i>Entidades Participadas</i>	14.917.266.492	14.917.266.492
Pessoal		7.441.120
<i>Remunerações</i>		7.441.120
<i>Adiantamentos</i>		
Outros Devedores	7.595.958	134.303.314
<i>Compras de Imobilizado</i>	7.595.958	
<i>Vendas de Imobilizado</i>		
<i>Proveitos a Facturar (Acréscimos de Proveitos)</i>		
<i>Encargos a Pagar (Acréscimos de custos)</i>		
<i>Proveitos a Repartir por Períodos Futuros (Proveitos Diferidos)</i>		
<i>Contas Transitórias</i>		
<i>Outros Valores a Receber e a Pagar</i>		134.303.314
Encargos a repartir por periodos futuros		(100.229.973)
Cobranças duvidosas	(100.229.973)	(100.229.973)
TOTAL	16.744.419.803	17.090.661.801

10. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Caixa	6.296.197	6.825.411
Depósitos à Ordem	961.551.323	1.357.549.457
Depósitos a prazo	47.569.142	
Outros Depósitos		
Títulos Negociáveis		
TOTAL	1.015.416.663	1.364.374.868

11. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

11.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Contas a receber", corrente e não corrente, apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Cientes		
Pessoal		
Fornecedores		
Estado		
Entidades Participantes e Participadas		
Pessoal		
Outros Devedores	144.401.598	469.280.857
<i>Subsídio de exploração</i>		328.837.873
<i>Proveitos a Facturar (Acréscimos de Proveitos)</i>	70.613.313	65.086.282
<i>Encargos a Pagar (Acréscimos de custos)</i>	494.357	
<i>Contas Transitórias</i>	73.293.928	75.356.702
Encargos a repartir por periodos futuros		
Cobranças duvidosas		
TOTAL	144.401.598	469.280.857

12. CAPITAL SOCIAL E PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS

No exercício findo Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 estas rubricas detalham-se conforme segue:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	15.000.000.000			15.000.000.000
Acções/quotas próprias				
Prémios de emissão				
Prestações suplementares				

Durante o exercício findo Em 31 de Dezembro de 2019, não se verificou qualquer movimento nas rubricas "capital social" e "Prestações acessórias" No entanto procedeu-se a reclassificação da referida rubrica, retirando-se o valor do fundo social que erradamente estava aí classificada. O valor correspondente ao fundo social foi classificado para a rubrica "Reserva livre".

13. RESERVAS

13.1 COMPOSIÇÃO

No decurso do exercício findo Em 31 de Dezembro de 2019, o movimento ocorrido na rubrica de "Reservas" foi conforme segue:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reservas Legais	13.715.141			13.715.141
Reservas de Reavaliação	3.495.111.556			3.495.111.556
Reservas com Fins Especiais	70.942.708			70.942.708
Fundo Social	832.172			832.172

14. RESULTADOS TRANSITADOS

14.1 COMPOSIÇÃO

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro, o movimento ocorrido na rubrica "Resultados Transitados" foi conforme segue.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Saldo inicial:				
Movimentos no período:				
Transferência dos resultados do exercício anterior	(3.757.175.857)	1.649.332.404	(1.810.583.216)	(3.918.426.669)
Aplicação de resultados	389.997			389.997
Erros Fundamentais	1.896.855.234	162.710.515	(569.573.217)	1.489.992.532
Alterações de políticas contabilísticas				
Efeito de impostos dos erros fundamentais e das alterações de políticas contabilísticas				
Outros movimentos				
Correcção saldos colaboradores		46.253.275		46.253.275
Imposto rel. Cor. Erros		270.000		270.000
Correcção stock inicial				
Correcção stock final				
Correcção saldo de Caixa		5.343.501	(4.270.728)	1.072.773
Correcção saldo bancário				
TOTAL	(1.859.930.626)	1.863.909.695	(2.384.427.161)	(2.380.448.092)

15. EMPRÉSTIMOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

15.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2019, o movimento nesta rubrica foi conforme segue:

Rubricas	Corrente	Não Corrente		
		Vencível até 5 anos	Vencível a mais de 5 anos	Total
Empréstimos bancários	238.523.419	834.831.967		1.073.355.386
Empréstimos por obrigações				
Empréstimos por título de participação				
Outros empréstimos				
Total	238.523.419	834.831.967		1.073.355.386

18. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

18.1 COMPOSIÇÃO

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Saldo Final
Provisões para processos judiciais	56.137.007		56.137.007
Outros riscos-A.G.T	513.295.809		513.295.809
Total	569.432.816	-	569.432.816

19. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES E CONTAS A PAGAR

19.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Contas a pagar", corrente e não corrente, apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Fornecedores	2.129.386.064	2.506.751.207
<i>Nacionais</i>	<i>1.930.307.801</i>	
<i>Estrangeiros</i>	<i>393.982.130</i>	
<i>Fornecedores saldos devedores</i>	<i>(194.903.868)</i>	
Adiantamentos de Clientes		139.957.957
Estado	2.897.461.852	2.660.325.354
<i>Imposto s lucros</i>	<i>256.963.861</i>	
<i>Imposto de Produção e Consumo</i>	<i>9.736.020</i>	
<i>Impostos de rendimento de trabalho</i>	<i>1.014.512.534</i>	
<i>Imposto sobre o Valor Acrescentado</i>	<i>13.885.658</i>	
<i>Imposto de Circulação</i>		
<i>Imposto do selo</i>	<i>1.587.675</i>	
<i>Outros Impostos</i>	<i>1.600.776.104</i>	
<i>Segurança Social</i>		
Entidades Participantes e Participadas		
<i>Entidades Participantes</i>		
<i>Entidades Participadas</i>		
Pessoal	(14.189.006)	3.157.889
<i>Remunerações</i>	<i>(5.162.846)</i>	
<i>Adiantamentos</i>	<i>(9.026.160)</i>	
Outros Valores a Receber e a Pagar	93.380.209	305.560.834
<i>Compras de Imobilizado</i>	<i>54.755.353</i>	<i>63.657.141</i>
<i>Vendas de Imobilizado</i>		
<i>Proveitos a Facturar (Acréscimos de Proveitos)</i>		
<i>Encargos a Pagar (Acréscimos de custos)</i>		
<i>Encargos a Repartir Por Períodos Futuros (Custos diferidos)</i>		
<i>Contas Transitórias</i>		
<i>Outros Valores a Receber e a Pagar</i>	<i>38.624.856</i>	<i>241.903.693</i>
Descobertos Bancarios		
Proveitos a repartir por periodos futuros		
TOTAL	5.106.039.119	5.615.753.241

21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

21.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Outros passivos correntes" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Fornecedores		
Adiantamentos de Clientes		
Estado		
Entidades Participantes e Participadas		
Pessoal		
Outros Credores	453.602.291	962.489.421
<i>Encargos a Repartir Por Períodos Futuros (Custos diferidos)</i>		
<i>Encargos a Pagar (Acréscimos de custos)</i>	443.919.988	505.989.421
<i>Proveitos a Repartir Por Períodos Futuros (Custos diferidos)</i>	9.682.303	456.500.000
Descobertos Bancarios		
Proveitos a repartir por periodos futuros		
TOTAL	453.602.291	962.489.421

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

As notas anexas, fazem parte integrante da demonstração de resultados do exercício findo Em 31 de Dezembro de 2019

22. VENDAS

22.1 COMPOSIÇÃO

No exercício findo Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 estas rubricas detalham-se conforme segue:

Exercício	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
2018	94.601.201		94.601.201
Vendas	94.601.201		
2019	85.756.243		85.756.243
Vendas	85.756.243		

23. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

23.1 COMPOSIÇÃO

No exercício findo Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 estas rubricas detalham-se conforme segue:

Rubrica	31 de Dezembro 2019	31 de Dezembro 2018
Mercado interno	985.656.304	762.373.382
Mercado externo		
Total	966.406.243	762.373.382

24. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

24.1 COMPOSIÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Outros Proveitos Operacionais", apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Outros Proveitos Operacionais		
Serviços Suplementares		
Royalties		
Subsídios à Exploração	6.201.131.901	5.229.908.389
Trabalhos P/ Propria Empresa		
TOTAL	6.201.131.901	5.229.908.389

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para balancear com os gastos que é suposto compensarem.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Alguns subsídios recebidos em 2018, foram diferidos e a medida que a Empresa adquiria matérias-primas, esses valores eram reconhecidos como Proveito. Nomeadamente os valores para a reparação e actualização da rotativa e a compra de papel.

27. CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício findo Em 31 de Dezembro de 2019 foi determinado como segue:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Existência Inicial	130.490.305	43.045.760
<i>Compras</i>	541.003.181	324.990.378
<i>Regularizações - Ofertas, perdas ou ganhos</i>		127.531.796
Existência Final	276.553.975	138.367.255
CUSTO DAS EXISTÊNCIAS VENDIDA E DAS MP CONSUMIDAS	394.939.511	357.200.679

28. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica detalhava-se como segue:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Remunerações - órgãos sociais	348.968.734	161.083.390
Remunerações - pessoal	3.899.244.281	3.935.282.140
Encargos sobre as remunerações	293.817.560	225.738.680
Seguros	27.265.851	3.983.346
Formação	27.451.340	2.372.584
Outros custos com o Pessoal	97.317.045	65.302.137
TOTAL	4.694.064.812	4.393.762.278

29. AMORTIZAÇÕES

Nos exercícios findos Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica pode ser resumido conforme segue:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Imobilizado Corpóreo		
Edifícios e outras construções	100.703.104	85.358.336
Equipamento Básico	27.252.408	11.693.243
Equipamento de Carga e Transporte	45.425.686	25.062.530
Equipamento Administrativo	42.701.578	57.091.642
Taras e vasilhame	341.367	372.400
Outras imobilizações corpóreas	11.273.411	13.678.293
Imobilizado Incorpóreo		
Imobilizações Incorpóreas	2.877.948	7.334.611
TOTAL	230.575.500	200.591.053

30. OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Subcontratos		24.658.034
Água	1.575.868	1.193.210
Electricidade	8.989.061	7.117.323
Combustíveis e outros fluídos	43.860.543	31.779.467
Conservação e Reparação	45.868.613	45.246.373
Material de protecção, Segurança e conforto	2.748.656	1.765.185
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	629.669	595.934
Material de Escritório	60.593.923	24.535.484
Livros e Documentação Técnica	1.846.525	12.000
Outros Fornecimentos	19.744.886	37.644.478
Comunicação	15.788.768	26.761.287
Rendas e Alugueres	10.163.276	32.688.951
Seguros	1.177.736	105.629
Deslocações e estadas	280.045.467	155.749.912
Despesas de Representação	212.454	1.229.818
Conservação e Reparação	22.157.359	24.684.007
Vigilância e Segurança	22.950.000	3.125.000
Limpeza, Higiene e Conforto	15.448.299	16.801.108
Publicidade e propaganda	1.118.133	5.375.716
Contencioso e Notariado	277.672	1.054.565
Assistência Técnica Estrangeira	5.162.400	5.921.793
Trabalhos executados no exterior	5.090.323	51.000
Honorários e Avenças	111.250.380	103.245.296
Outros Serviços	20.940.614	19.389.526
Impostos	13.105.831.44	11.822.506
Despesas confidenciais		13.450
Outros Custos e Perdas operacionais		
TOTAL	710.746.456	582.567.052

31. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os resultados financeiros da Empresa foram determinados conforme segue:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Proveitos e Ganhos Financeiros		
Juros	1.752.937	1.485.243
Diferenças de Cambio Favoráveis	52.621.435	49.190.769
Descontos de Pronto pagamento obtidos		
Rendimentos de investimentos em Imóveis		
Rendimentos de participações de capital		
Ganhos na alienação de aplicações financeiras		
Outros		
Total	54.374.372	50.676.012
Custos e Perdas Financeiros		
Juros	174.443.538	71.661.583
Diferenças de Cambio Desfavoráveis	37.975.768	3.379.014-
Descontos de Pronto pagamento concedidos	10	29.472.381
Provisões para aplicação financeira		1.137
Serviços Bancarios	58.905.842	82.948.670
Total	271.325.158	187.462.785
TOTAL	(216.950.786)	(136.786.773)



33. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

Nos exercícios findos Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, os resultados não operacionais foram determinados conforme segue:

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Outros Proveitos e ganhos não operacionais		
Redução de provisões		1.147.953
Anulação de amortizações extraordinárias		
Ganhos em Imobilizações	14.433.360	43.785
Ganhos em Existências		
Recuperação de Dívidas		1.288.026
Benefícios de penalidades contratuais	474.549	2.270.000
Descontinuidade de operações	298.178	
Funcionários	28.000	
Sobras	(58.256)	
Correcções de Exercícios anteriores	50.311.548	61.689.150
Outras	781.229	92.635.704
Outros Ganhos e perdas não operacionais	956.397	
Total	67.225.005	159.074.618
Outros Custos e perdas não operacionais		
Outros riscos e encargos		549.732.816
Cobranças duvidosas		38.796.235
Perdas em Imobilizações		
Perdas em Existências		
Dívidas Incobráveis		
Multas e Penalidades Contratuais	1.746.081	239.274
Custos de Reestruturação		
Descontinuidade de operações		
Alterações de políticas contabilísticas		
Correcções de Exercícios anteriores	64.156.443	147.115.992
Donativos aceites		
Outros Custos e perdas não operacionais	325.000	36.493.257
Total	66.227.525	736.300.567
TOTAL	997.481	(577.225.950)

34. RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Durante os exercícios findos em 31.12.2019 e 2018 a rubrica "Resultados Extraordinários" apresentava a seguinte composição

Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Proveitos e Ganhos Extraordinários		
Castástrofes naturais		
Convulsões Políticas		
Expropriações		
Sinistros		
Subsídios		
Acerto de vendas	169.166	
Outros		
Total	169.166	
Custos e Perdas Extraordinárias		
Castástrofes naturais		
Convulsões Políticas		
Expropriações		
Outros		
Total		
TOTAL	169.166	

35. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Durante os exercícios findos em 31.12.2019 e 2018 a rubrica "Imposto sobre o rendimento" apresentava a seguinte composição:

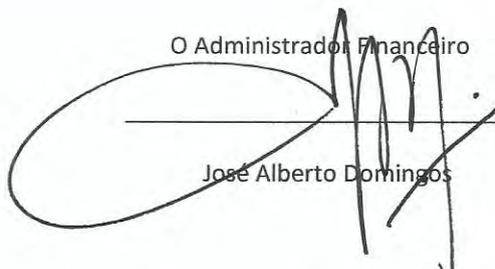
Rubricas	31-12-2019	31-12-2018
Resultado Contabilístico	1.026.434.031	(161.288.312)
Correcções para efeito fiscal	75.511.894	735.884.317
Custos e perdas não aceites		
Provisão para Clientes de cobrança duvidosa		38.796.235
Provisão para outros riscos e encargos		513.295.809
Provisão para processos judiciais		36.437.007
Amortizações excessivas	4.560.417	
Diferenças de câmbio Imobilizados	4.417.500	
Imposto sobre Aplicação de Capitais	88.356	
Imposto Predial Urbano	218.097	
Multas e Penalidades Contratuais	1.746.081	239.274
Correcções exercícios anteriores	64.156.443	147.115.992
Donativos	325.000	
Proveitos e ganhos não aceites	-	45.422.696
Prejuizos fiscais anos anteriores	(2.464.266.115)	(1.240.495.183)
Lucro tributável (prejuízo fiscal)	(1.362.320.190)	(620.476.482)
Taxa nominal de imposto		
Imposto sobre os lucros		
Taxa efectiva de imposto		

O Contabilista



António Samuel Eduardo
Técnico nº 20150564

O Administrador Financeiro



José Alberto Domingos

**PARECER DO AUDITOR
EXTERNO**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ao Conselho de Administração da
Edições de Novembro - Empresa Pública

(Montantes expressos em Kwanzas - Kz)

Introdução

1. Fomos contratados para auditar as demonstrações financeiras anexas da Edições de Novembro - Empresa Pública ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2019 que evidencia um total de 24.121.086.919 Kz e um capital próprio de 16.918.657.306 Kz, incluindo um resultado líquido positivo de 718.503.821 Kz, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a erro ou a fraude.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, conduzindo a nossa auditoria de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Devido aos assuntos descritos na secção "Bases para a Escusa de Opinião", não fomos capazes de obter prova de auditoria suficiente e apropriada para proporcionar uma base para uma opinião de auditoria.

Bases para a Escusa de Opinião

4. A nossa análise dos saldos das rubricas "Imobilizações corpóreas", "Imobilizações incorpóreas" e "Imobilizações em curso", cujos montantes em 31 de Dezembro de 2019, líquidos de amortizações acumuladas, ascendiam a 5.826.819.410 Kz, 26.599.526 Kz e 43.550.925 Kz, respectivamente (5.543.340.928 Kz, 20.640.375 Kz e 17.391.758 Kz, respetivamente, em 31 de Dezembro de 2018), revelou as seguintes situações: (i) a Empresa não tem efectuado procedimentos de identificação e inventariação física dos seus ativos de forma a actualizar o respectivo cadastro dos activos imobilizados tangíveis, o qual, apresenta diferenças não conciliadas face aos registos contabilísticos; (ii) existem terrenos e imóveis em uso pela Empresa no montante de 5.146.638.255 Kz, para os quais a Empresa não detém os respectivos títulos de registo de propriedade; e (iii) em exercícios anteriores a Empresa reavaliou os seus imóveis e terrenos, da qual resultou a contabilização no capital próprio de uma reserva de reavaliação no montante de 3.495.111.556 Kz, para a qual não obtivemos informação de suporte. Consequentemente, não nos foi possível concluir quanto à razoabilidade daqueles montantes.

"Deloitte" refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido ("DTTL"), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

5. Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Outros activos não correntes" inclui uma conta a receber relativa ao capital social estatutário por realizar no montante de, aproximadamente, 14.917.266.492 Kz. De acordo com o artigo 6º do Decreto presidencial n.º 209/10 de 24 de Setembro, o qual veio aprovar os Estatutos da Empresa, o seu capital estatutário ascende a 15.000.000.000 Kz, sendo que os referidos Estatutos são omissos quanto à forma e momento de realização do respetivo capital estatutário. Acresce referir que, até à presente data, não existe uma expectativa por parte da Empresa quanto à forma, momento e montante de realização da referida conta a receber. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2019, não obtivemos informação suficiente que nos permita concluir quanto ao momento e valor de realização da referida conta a receber.
6. A nossa revisão aos procedimentos e sistema de controlo interno implementados pela Empresa, no exercício e no exercício anterior, relativamente às existências e ao seu consumo, não permitem assegurar o controlo físico dos respectivos activos, nem a sua correcta valorização e a análise da sua obsolescência. Acresce referir que, no decurso do nosso exame, apesar de termos acompanhado a inventariação das existências localizadas em "Luanda", até à presente data, não obtivemos informação de suporte que nos permita verificar se as quantidades contadas se encontram corretamente refletidas e valorizadas na listagem das existências com referência a 31 de Dezembro de 2019 que suporta o registo contabilístico da respetiva rubrica. Consequentemente, naquela data, não obtivemos suficiente informação de suporte que nos permita concluir quanto à razoabilidade do saldo da rubrica de "Existências" no montante de 289.616.053 Kz e dos custos registados na rubrica de "CMVMC" no montante de 394.939.511 Kz.
7. Não obtivemos, até à presente data, resposta de determinadas entidades aos nossos pedidos de confirmações de saldos e de outras informações, os quais, de acordo com os registos contabilísticos da Empresa em 31 de Dezembro de 2019 eram conforme segue (Débito/(Crédito)):

Disponibilidades	258.632.869
Contas a receber – Clientes – correntes:	
Saldos devedores	1.358.872.958
Saldos credores	(51.145.891)
Contas a receber – Outros devedores	191.499.390
Contas a pagar - Fornecedores, correntes:	
Saldos devedores	147.172.497
Saldos credores	(78.992.966)
Contas a pagar – Outros credores	(97.931.686)
Empréstimos obtidos	(1.073.355.386)

Acresce referir que, até à presente data, não obtivemos reconciliação para respostas de confirmação de saldos de determinadas entidades, as quais encontram-se discordantes em 31 de Dezembro de 2019, conforme segue (Débito/(Crédito)):

	Saldos por livros	Saldo por resposta	Diferença
Fornecedores, correntes – Saldos Activos e Passivos	(4.521.311)	(33.506.996)	(28.985.685)
Disponibilidades	681.719.721	809.323.190	(127.603.468)

Adicionalmente, identificamos as seguintes situações: (i) a Empresa não dispõe de informação suficiente e adequada sobre a antiguidade dos saldos a receber de clientes que nos permita analisar a sua realização e, consequentemente, concluir quanto à suficiência das provisões constituídas pela Empresa para cobranças duvidosas, as quais encontram-se reconhecidas no activo, e que ascendem, em 31 de Dezembro de 2019, a 100.229.973 Kz, e que também não se encontram suportadas. Acresce referir, que as rubricas "Contas a receber- Clientes, contas correntes" e "Outros devedores" em 31 de dezembro de 2019 incluem saldos que não foram recebidos até à data deste relatório e sem movimento à 12 meses no montante de 1.682.508.864 Kz e 75.658.820 Kz, respectivamente (ii) não se encontram implementados procedimentos adequados e tempestivos de conciliação de saldos e transações com instituições financeiras, clientes, fornecedores e outros devedores e credores da Empresa salientando-se em particular o facto de se encontrar em curso um processo de recuperação das reconciliações bancárias, as quais não se encontravam realizadas e concluídas com referência aos saldos em 31 de Dezembro de 2019; e (iii) na análise à rubrica "Contas a pagar – Fornecedores, correntes" não obtivemos informação que nos permita concluir quanto a exigibilidade de saldos no montante de 1.999.511.743 Kz.

Consequentemente, atendendo à insuficiência dos resultados dos procedimentos alternativos realizados e da informação disponível a esta data, não obtivemos suficiente informação que nos permita concluir quanto aos efeitos, se alguns, nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019, dos eventuais ajustamentos ou responsabilidades que poderiam ter sido identificadas, caso tivéssemos obtido as confirmações de saldos e outras informações anteriormente referidas. Acresce referir que, o nosso Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018, datado de 13 de Maio de 2019, incluía uma reserva, relacionada com estes assuntos.

8. A nossa análise efetuada às rubricas "Outros passivos correntes" e "Contas a pagar" em 31 de Dezembro de 2019, identificaram montantes a pagar a terceiros e encargos a liquidar com antiguidade relevante, nos montantes de 328.585.721 Kz (346.761.046 Kz em 31 de Dezembro de 2018) e 155.828.779 Kz (193.691.907 Kz em 31 de Dezembro de 2018), respectivamente, e para os quais não obtivemos informação suficiente que nos permita concluir quanto a razoabilidade daquelas responsabilidades. Adicionalmente, naquela data, existem saldos com natureza transitória, reconhecidas na rubrica de "Outros activos correntes" no montante de 73.293.928 Kz (75.355.232 Kz em 31 de Dezembro de 2018) para os quais não obtivemos informação de suporte suficiente e adequada. Consequentemente, não pudemos concluir quanto à razoabilidade: (i) dos saldos a pagar nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Contas a pagar" nos montantes de 328.585.721 Kz e 155.828.779 Kz; e dos saldos a receber no montante de 73.293.928 Kz na rubrica de "Outros Activos Correntes".
9. O actual sistema contabilístico instituído na Empresa não permite a identificação de forma tempestiva da totalidade dos saldos activos e passivos denominados em moeda diferente da moeda funcional da Empresa ("Kwanza"), de modo a assegurar a actualização cambial de saldos entre a data de transação e aquela que prevalece no final do período de reporte financeiro. Consequentemente, não nos foi possível concluir acerca do impacto, se algum, deste assunto nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019. O nosso Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018, datado de 13 de Maio de 2019, incluía uma reserva, relacionada com este assunto.

10. A nossa análise do cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis à Empresa em 31 de Dezembro de 2019, revelou as seguintes situações:

- i) Relativamente aos impostos e contribuições aplicáveis à actividade da Empresa constatamos que certos procedimentos adotados no exercício e em exercícios anteriores originaram incumprimentos fiscais, existindo em 31 de Dezembro de 2019, diversas responsabilidades reconhecidas nas demonstrações financeiras resultantes da não liquidação atempada do Imposto sobre os rendimentos do trabalho ("IRT"), Contribuições para a Segurança Social ("CSS"), Imposto Industrial ("IL"), Imposto Predial Urbano ("IPU") e Imposto do Selo ("IS"). Acresce referir que, não obtivemos informação suficiente que nos permitia efetuar procedimentos alternativos para avaliar a razoabilidade daqueles montantes. Adicionalmente, a Empresa não efetuou uma análise aos juros e coimas que poderão decorrer de eventuais acções de fiscalização da Administração Geral Tributária ("AGT") sobre aquelas responsabilidades. Ainda no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, a Empresa foi notificada pelo Instituto Nacional de Segurança Social ("INSS") para efectuar a regularização de dívidas por CSS, a qual inclui juros de mora no montante de 1.306.081.004 Kz, que não se encontram registados na referida data, tendo a Empresa solicitado a liquidação daquela verba ao abrigo da Lei 18/19 de 28 de Dezembro de 2018, com o perdão dos referidos juros, não tendo sido por nós obtida, até à data deste relatório, confirmação que o INSS aceitou a referida solicitação. Deste modo, os procedimentos contabilísticos, fiscais e para-fiscais seguidos pela Empresa no exercício e exercícios anteriores, poderão vir a ser questionados pelas autoridades fiscais;
- ii) Em 31 de Dezembro de 2019, a rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" inclui uma provisão de 513.295.809 Kz para fazer face a responsabilidades relacionadas com uma notificação fiscal da AGT referente a impostos em falta, juros e coimas relativos ao exercício fiscal de 2013, cujo montante total ascende a 969.544.320 Kz. A Empresa solicitou à AGT a liquidação daquela dívida ao abrigo da Lei 18/19 de 28 de Dezembro de 2018, mediante regularização do valor através de compensação de créditos detidos sobre órgãos estatais e com perdão dos juros e multas associadas, de acordo com aquela lei. Não obtivemos, até à presente data, confirmação de que a AGT tenha aceite a regularização daquelas dívidas de acordo com a solicitação da Empresa;
- iii) Não obtivemos, até à presente data, respostas dos advogados da Empresa ao nosso pedido de informação de processos judiciais e fiscais em curso, litígios e outros pleitos envolvendo a Empresa à data de 31 de Dezembro de 2019. Refira-se que a rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" inclui provisões de 56.137.007 Kz para processos judiciais, reconhecidas em exercícios anteriores, para a qual não obtivemos informação suficiente e adequada.

Consequentemente, atendendo ao acima exposto, em 31 de Dezembro de 2019, poderão subsistir riscos e contingências para a Empresa que não se encontram quantificadas na presente data, nem provisionadas nas demonstrações financeiras anexas. Acresce referir que, o nosso Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018, datado de 13 de Maio de 2019, incluía uma reserva, relacionada com estes assuntos.

11. De acordo com a alínea g), do artigo 44º da Lei 11/13, de 3 de Setembro (Lei de Bases do Sector Empresarial Público - LBSEP), os relatórios de gestão e relatórios e contas, incluindo a proposta de aplicação de resultados, deverão ser sujeitos à aprovação por parte do Executivo. No entanto, não obtivemos evidência de aprovação relativamente às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2017. Adicionalmente: (i) constatamos que as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017 não foram sujeitas a uma auditoria, conforme estipulado pelo Artigo 25º da LBSEP; (ii) não obtivemos evidência quanto à aprovação e ratificação dos regulamentos internos por parte do Executivo, conforme previsto pelo artigo 18º da LBSEP, nem evidência quanto à preparação e aprovação do Plano Estratégico, o qual, de acordo com o artigo 22º da LBSEP, também deverá ser sujeito à aprovação da Tutela e (iii) a reserva legal constituída não se encontra de acordo com o disposto no artigo 27º da LBSEP. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre os possíveis efeitos deste assunto, se alguns, nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019. Acresce referir que, o nosso Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018, datado de 13 de Maio de 2019, incluía uma reserva, relacionada com este assunto.
12. O trabalho por nós efectuado relativamente às fontes de receita da Empresa, no exercício e no exercício anterior, revelou que não se encontram implementados procedimentos de controlo interno e não é produzida informação de gestão suficiente e adequada que nos permita mitigar os riscos de distorção material relacionados com a plenitude da receita reconhecida nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, não obtivemos documentação de suporte sobre as vendas efetuadas naqueles exercícios nas delegações da Empresa nas províncias. Consequentemente, não obtivemos informação suficiente que nos permita concluir sobre a razoabilidade dos montantes das "Vendas" e "Prestações de Serviços" durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.
13. A nossa análise efectuada sobre a rubrica de "Custos com o Pessoal", no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e no exercício anterior, revelou que existem múltiplos colaboradores cujo vínculo contratual não se encontrava devidamente regularizado e/ou cuja efectividade e presença no local do trabalho não é susceptível de verificação e validação. A Empresa continua a encetar certos procedimentos tendentes a assegurar a existência e efectividade dos trabalhadores que auferem as remunerações desembolsadas pela Empresa, os quais não se encontram concluídos na presente data. Consequentemente, não nos foi possível concluir sobre os possíveis efeitos deste assunto, se os houver, nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019.
14. No decurso do exercício de 2019, a Empresa procedeu ao desreconhecimento do montante de 159.228.375 Kz da rubrica "Outros passivos correntes" por contrapartida a rubrica de "Resultados Transitados" correspondente a direitos de férias e subsídio de férias adquiridos em exercícios anteriores a 2019. Consequentemente, e na ausência de informação adicional, não nos foi possível concluir sobre a razoabilidade e registo do referido desreconhecimento nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019.
15. Decorrente da nossa análise às demonstrações financeiras e correspondente anexo em 31 Dezembro de 2019 e 2018, identificamos as seguintes situações: (i) identificámos um conjunto de transacções incorretamente apresentadas de acordo com as suas respectivas naturezas na demonstração dos fluxos de caixa do exercício; (ii) inconsistências entre a informação apresentada com referência a 31 de Dezembro de 2019 e 2018 no balanço e o respetivo anexo relativamente às Notas 31 e 35; e (iii) não inclusão da descrição da totalidade das políticas contabilísticas relevantes e divulgações materiais, nomeadamente relativas: (a) a impactos na situação financeira e patrimonial da Empresa decorrentes dos efeitos após 31 de Dezembro de 2019 da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada com a propagação do novo coronavírus (Covid-19) e pela queda abrupta do preço do barril de petróleo nos mercados internacionais, os quais afectaram a economia Angolana e mercados financeiros mundiais de forma significativa; (b) os passivos correntes excederem de forma significativa os activos correntes; e (c) o facto da continuidade de operações da Empresa, a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos depender da manutenção do suporte financeiro do seu Accionista, nomeadamente, através da atribuição de subsídios à exploração e investimento, e/ou do sucesso futuro das suas operações.

16. No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, a Empresa precedeu ao reconhecimento na rubrica de "Outros proveitos operacionais - subsídios à exploração" de um subsídio atribuído pelo Ministério das Finanças no montante de 696.817.697 Kz para suportar a aquisição de matérias-primas e activos imobilizados. Consequentemente, e atendendo aos preceitos previstos no Plano Geral de Contabilidade ("PGC"), o referido subsídio deveria ter sido reconhecido na quota parte que se destine a compensar os custos relacionados.
17. Em 31 de Dezembro de 2018, a rubrica "Outros Passivos Correntes" inclui responsabilidades a liquidar aos colaboradores relativos a direitos de subsídio de férias adquiridos em 2019 que se encontram subavaliadas no montante de 181.185.000 Kz. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2019, caso a Empresa tivesse reconhecido aqueles efeito no exercício, o passivo viria aumentado e o resultado líquido do exercício findo naquela data viria diminuído em, aproximadamente, 181.185.000 Kz.
18. Em 31 de Dezembro de 2019, a Empresa registou uma especialização para imposto sobre o rendimento no montante de 307.930.000 Kz. A nossa análise daquela especialização revelou que a mesma é excessiva naquele montante, atendendo ao facto da Empresa não ter utilizado os prejuízos fiscais reportáveis. Deste modo, o passivo corrente encontra-se sobrevalorizado e o resultado líquido do exercício encontra-se subavaliado no montante de, aproximadamente, 307.930.000 Kz.
19. No decurso da nossa análise às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019, verificamos que Empresa classificou na rubrica "Contas a receber" saldos que, atendendo à sua natureza, deveriam ser classificados na rubrica de "Contas a pagar". Consequentemente, a rubrica "Contas a receber" e a rubrica "Contas a pagar" encontram-se subavaliadas no montante de, aproximadamente, 954.000.000 Kz.
20. Em 31 de Dezembro de 2019, a rubrica "Outros activos correntes" inclui a especialização de proveitos a faturar reconhecidos em exercícios anteriores, os quais ascendem naquela data a 65.086.282 Kz (393.924.155 Kz em 31 de Dezembro de 2018) não se justificando a referida especialização pelo facto de terem sido incorrectamente contabilizados ou pelo facto dos correspondentes serviços já terem sido facturados em exercícios anteriores aos respectivos clientes. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2019, o activo e os resultados transitados negativos encontram-se sobreavaliados no montante de 65.086.282 Kz (393.924.155 Kz em 31 de Dezembro de 2018).

Escusa de Opinião

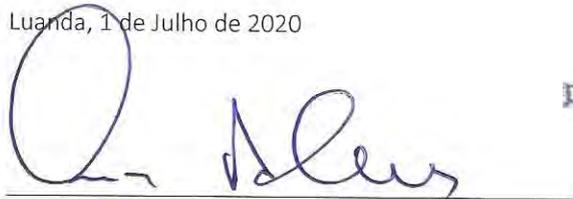
21. Devido à importância dos assuntos descritos na secção "Bases para a Escusa de Opinião", não fomos capazes de obter prova de auditoria suficiente e apropriada para proporcionar uma base para uma opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras.

Ênfase

22. Sem modificar a escusa de opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a vossa atenção para o seguinte assunto:

- (i) No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e conforme descrito na Nota 14 do anexo às demonstrações financeiras, a Empresa procedeu ao reconhecimento directo na rubrica de “Resultados transitados” do efeito de um conjunto de correcções que, pela sua magnitude, relevância e relação com exercícios anteriores, e não obstante o referido na parágrafo 14 acima, foram enquadradas no conceito de erros fundamentais previsto no Plano Geral de Contabilidade. Em consequência, o capital próprio da Empresa foi diminuído em 406.862.702 Kz (Nota 14). Acresce referir que as demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2018, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nos auditadas e o nossos relatório, datado de 13 de Maio de 2019, continha uma reserva relacionada com a não especialização da totalidade dos juros devidos sobre empréstimos obtidos, a qual não é aplicável às demonstrações financeiras com efeitos em 31 de Dezembro de 2019 pelo facto de ter sido regularizado na rubrica de “Resultados transitados” acima mencionada.

Luanda, 1 de Julho de 2020



Deloitte & Touche – Auditores, Limitada
Representada por Luís Filipe Alves (Nº 20140026)

DELOITTE & Touche Auditores, Lda.

**PARECER DO CONSELHO
FISCAL**

I. INTRODUÇÃO

1. No cumprimento do mandato conferido e em conformidade com as disposições legais em vigor no País, bem como os Estatutos da Empresa Edições Novembro - E.P., somos a emitir parecer sobre os Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração da empresa, referentes ao exercício Económico findo em 31 de Dezembro de 2019, que incluem Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa, e respectivas notas anexas às Demonstrações Financeiras.

II. ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO E APRECIÇÃO DAS RELAÇÕES DA EMPRESA COM O ESTADO

2. No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da actividade da empresa, tendo constatado o seguinte:
 - A empresa presta serviços nas áreas de Informação, Publicidade, Anúncios Classificados e Anúncios de Necrologia. As suas receitas advêm fundamentalmente da venda de jornais, da prestação de serviços de publicidade e dos subsídios operacionais atribuídos pelo Estado;
 - O objectivo da Administração da empresa, no exercício em apreço, passou por uma aposta na melhoria da rentabilidade, através do aumento de arrecadação de receitas próprias, com vista a diminuir, paulatinamente, a sua dependência excessiva aos subsídios operacionais e melhoria do seu desempenho;
 - Foram envidados esforços e acções destinadas à instalação de equipamentos modernos de edição e produção gráfica, de comunicação entre a Administração da empresa e as Direcções provinciais e de um sistema de distribuição digital nacional e para o estrangeiro, de modo a garantir a circulação das publicações;

R. Brancade
J. Silva
[Assinatura]

- Foram produzidas 3.411.026 unidades dos diversos jornais que compõem o universo dos títulos impressos pela empresa, que mereceu a seguinte distribuição: 2.728.821 jornais em Luanda e 682.205 jornais pelas províncias. A distribuição dos jornais na província de Luanda representou 80% do número total de jornais distribuídos.
 - Foram vendidos 2.719.223 jornais contra 3.217.789 jornais vendidos no ano anterior, registando uma diminuição de 15%. De referir que o Jornal de Angola representou cerca de 83% do total de jornais vendidos.
 - Foram vendidos 48.237 espaços publicitários, o que proporcionou uma facturação líquida de Kz 985.656.304,00.
3. No âmbito das relações da empresa com o Estado, o período em análise foi caracterizado ainda pela dependência da empresa aos financiamentos provenientes das dotações do Estado, através do IGAPE, num total de Kz 5.751.623.416, sendo Kz 5.299.798.866,00 totalmente utilizados na cobertura dos custos com pessoal e Kz 247.500.000,00 utilizados na aquisição de matérias-primas e outros consumíveis de produção.

III. CONTROLO CONTABILÍSTICO E VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE LEGAL DOS PROCEDIMENTOS

4. Procedemos ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2019, obtivemos todas as informações e esclarecimentos que julgamos pertinentes, além de termos observado os demais procedimentos tidos como indispensáveis.
5. Na execução dos nossos trabalhos, levou-se em consideração as circunstâncias reais da empresa, verificação analítica dos elementos contabilísticos que foram apresentados, bem como a análise do trabalho realizado pelo Auditor Externo.

R. Brauchardt
3
J. Alves
[Signature]

6. Da análise às Demonstrações Financeiras, sem prejuízo dos possíveis impactos resultantes das conclusões expressas no Relatório do Auditor Externo, salienta-se os seguintes aspectos:

- Os dados apurados apontam que, em 2019, o Activo da empresa passou de KZ24.644.057.843,00 para Kz. 24.121.086.919,00. Esta diminuição foi influenciada sobretudo pelas rubricas de Disponibilidades, Contas a Receber e Outros Activos Correntes.
- O Passivo passou de KZ 8.084.637.703,00 para Kz 7.202.429.612,00. Esta diminuição deve-se ao decréscimo considerável nos Empréstimos de Curto Prazo, Outros Passivos Correntes e Contas a Pagar em cerca de 75%, 53% e 5%, respectivamente face ao ano anterior.
- Os Capitais Próprios passaram de KZ 16.559.420.14,00 para Kz. 16.918.657.306,00; ligeiramente acima em relação ao ano de 2018.
- A empresa obteve um lucro de Kz 718.503.821,00, contrariamente ao prejuízo de Kz 161.250.812,00, registado no ano anterior, que decorre principalmente das vendas e proveitos operacionais da empresa, sendo que em 2019, sofreram um incremento em cerca de 19%. Os valores alcançados em 2018 estiveram à volta de KZ 6.086.882.972,00 e, em 2019, no valor de KZ 7.272.544.449,00.
- Independentemente de ter elevado a sua facturação, a Edição Novembro suportou custos das mercadorias vendidas e das matérias primas consumidas no valor de KZ 394.939.511,00 e perdas operacionais de KZ 710.749.881,00, ligeiramente acima em relação a 2018. Em termos de custos com o pessoal, a empresa, gastou Kz 4.694.064.812,00 e de amortização Kz 230.575.500,00.

7. Apreciamos o Relatório de Auditoria e a Carta de Recomendações elaborados pelos Auditores independentes, em anexo, com os quais concordamos.

R. Braceda
4
J. Lina
AB

8. Os saldos das seguintes rubricas estiveram na base para a Escusa de Opinião do Auditor Externo:
- i. Imobilizações Corpóreas;
 - ii. Imobilizações Incorpóreas;
 - iii. Imobilizações em Curso;
 - iv. Outros activos não correntes;
 - v. Existências;
 - vi. Custos das Mercadorias Vendidas e Consumidas;
 - vii. Disponibilidades;
 - viii. Contas a Receber e a Pagar;
 - ix. Outros activos e passivos correntes;
 - x. Contingências fiscais;
 - xi. Provisões para outros riscos e encargos;
 - xii. Capital Próprio;
 - xiii. Vendas e prestação de serviços
 - xiv. Outros proveitos operacionais;
 - xv. Imposto sobre o rendimento.

IV. CONCLUSÕES

1. O Conselho Fiscal é concordante com grande parte dos critérios valorimétricos adoptados pela empresa, excepto ofacto de a empresa não efectuar quaisquer provisões para valores de cobrança duvidosa e por inúmeras inconsistências reportadas pelo Auditor Externo no seu relatório de auditoria e que foram base para a Escusa de Opinião sobre as contas em análise.
2. O Programa de Desenvolvimento Nacional (PDN) inclui, no que toca à Comunicação Social, o "Programa de Melhoria do Serviço Público Nacional de Comunicação Social" que visa a garantia do direito constitucional dos cidadãos à Informação. Por esta razão, todos títulos/jornais produzidos pela Edições Novembro, são vendidos à um preço de capa, quatro vezes ou mais,

R. Brandrade
5
J. L. B. A.
R. B.

- abaixo do valor de custo de produção, resultando um prejuízo que poderia ser compensado por via da atribuição de subsídios operacionais periódicos.
3. O Capital inicialmente subscrito pelo Estado, aquando da aprovação do actual Estatuto da Edições Novembro, E.P. em 2010, encontra-se por realizar, factor que origina discrepâncias na aferição adequada e correcta da contabilidade da empresa.
 4. A inexistência de uma área de Auditoria Interna que reporte o controlo interno.
 5. A empresa atravessa dificuldades na aquisição de matérias-primas para a produção de jornais (seu principal produto).

V – RECOMENDAÇÕES

Face ao exposto, recomendamos:

- a) Que seja criado e apresentado ao Conselho Fiscal um plano de trabalhos para a eliminação das reservas reportados pelo Auditor Externo, tendo como base a Carta de Recomendação apresentada pelo mesmo.
- b) Que se pondere o ajuste do preço de capa dos títulos/jornais, em especial do Jornal de Angola.
- c) Que se inicie um processo de negociação junto ao IGAPE, visando a devida realização do capital estatutário da empresa.
- d) Que se melhorem os controlos da empresa, por via da criação e capacitação de uma área de Auditoria Interna, com enfoque no seguinte: (i) Implementação de Manuais de Procedimentos; (ii) Validação e reporte periódico dos controlos existentes nas áreas, prevenindo o risco e fraude; (iii) Elaboração e implementação de um sistema periódico de reconciliação de saldos com terceiros; e (iv) Eliminação das reservas levantadas pelo Auditor Externo.
- e) Que se pondere a alocação de recursos financeiros à empresa para aquisição de matérias-primas (papel, chapas, tinta e outros).

Tratando-se de uma segunda escusa de opinião por parte dos Auditores Independentes, cujos fundamentos assentam nas mesmas inconformidades

Tratando-se de
6.1.1.1.1.1
12/10

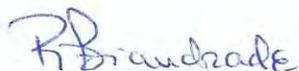
manifestadas no exercício anterior, não se verificam alterações indicativas de superação das insuficiências.

Nestes termos, consideramos:

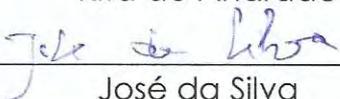
- Que seja levado em consideração o Parecer do Auditor Externo.
- Não estar em condições de propor a aprovação do Relatório referente ao Exercício Económico de 2019 da Edição Novembro.

Conselho Fiscal da Edição Novembro, E.P., em Luanda, 21 de Julho de 2020.

O Conselho Fiscal



Rita de Andrade



José da Silva



Bartolomeu Sacramento